

MAURO CÉSAR DE OLIVEIRA BARBOSA

CRÉDITO COMO GERADOR DE DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Fabio Maia Sobral

FORTALEZA - CE

2012

MAURO CÉSAR DE OLIVEIRA BARBOSA

CRÉDITO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____ de _____ de _____.

	Nota
_____	-----
Prof. Fabio Maia Sobral	
Orientador	
	Nota
_____	-----
Prof.	
Membro da Banca Examinadora	
	Nota
_____	-----
Prof.	
Membro da Banca Examinadora	

Dedico este trabalho à minha família e aos amigos, que me apoiaram e acreditaram que alcançaria meus objetivos.

*“Se você não puder ser uma árvore frondosa
No alto de uma montanha
Seja um pequeno arbusto na beira de um rio
Mas seja o melhor arbusto que você puder ser”.*

D. Mallock

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tudo que me foi dado, pelas forças de perseverar e pelos caminhos a serem traçados.

Agradeço ao Prof. Fabio Maia Sobral, pelas opiniões, idéias, conhecimento, disposição e paciência que empregou para me auxiliar na produção deste trabalho.

Agradeço à minha família, por despertarem em mim persistência, apoio, compreensão, cobrança, amor e carinho.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram do meu lado, pelo estímulo, pelos momentos de lazer juntos, pela cumplicidade.

Agradeço aos amigos que fiz na graduação do curso, pelos momentos de descontração e de seriedade quando necessários.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar a relação entre a oferta de crédito e as taxas de desenvolvimento de um país. É também analisada a utilização do microcrédito como uma ferramenta para combater a pobreza. Políticas de crédito, com ênfase em microcrédito e crédito ao consumo, lançado durante o governo Lula, são apresentadas e analisadas por dados coletados de órgãos reguladores, como o BACEN, IBGE, IPEA, ONU, DIEESE e FEBRABAN. Para uma melhor compreensão da evolução das operações nesse segmento, também são analisadas as condições econômicas do período estudado. Será também discutida a evolução do crédito para o segmento individual e suas consequências.

Palavras-chave: crédito, pobreza, desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to identify the relation between the credit supply and the development rates of a country. It also shows the use of microcredit as a tool to fight poverty. Lending policies, with emphasis on micro-credit and credit for consumption, launched during the Lula administration are presented and analyzed by collected data from regulatory agencies such as BACEN, IBGE, IPEA, UN, DIEESE and FEBRABAN. For a better understanding of evolution of operations in this segment, it will also be analyzed the economic conditions of the studied period. It will be also discussed the evolution of the credit for the individual segment and their consequences .

Key-words: credit, poverty, development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Índice de Gini.....	22
-----------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Proporção de pessoas por classes de rendimento per capita.....	24
Grafico 2 Estrutura das microfinanças no Brasil	31
Gráfico 3 Composição da dívida pública.....	36
Grafico 4 Variação da taxa Selic.....	43
Gráfico 5Variação do crédito pessoal e aquisição de veículos	44
Grafico 6 Razão crédito/ PIB	45
Gráfico 7 Relação crédito/ PIB mundial	46
Grafico 8 Coeficiente de Gini	49
Gráfico 9 Proporção de domicílios brasileiros pobres e extremamente pobres	49
Grafico 10 Índice de desenvolvimento humano- variação.....	50
Grafico 11 Expectativa de vida ao nascer	51
Grafico 12 Domicílios providos de água e saneamento.....	51
Gráfico 13 PIB per capita- variação.....	52
Gráfico 14 Taxa de desemprego.....	52
Grafico 15 Endividamento das famílias- variação	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Coeficiente de Gini dos estados brasileiros 2010.....	23
Tabela 2 Comparação entre clientes de banco e IMFS	28
Tabela 3Taxa média anual de juros reais no Brasil, Estados Unidos e Zona do Euro	32
Tabela 4 Transformação do PIB - variação real anual	34
Tabela 5 Taxas de variação real do crédito	38
Tabela 6 Acesso a contas bancárias e poupança simplificada	39
Tabela 7 Contratos e valores efetivados.....	41
Tabela 8 Saldo do microcrédito e consignado	42
Tabela 9 Relação empréstimo/ PIB.....	45

Lista de Siglas

BACEN	Banco Central do Brasil
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEBRABAN	Federação brasileira de bancos
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das nações unidas
IDH	Índice de desenvolvimento humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O CONCEITO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	14
2. 1 EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS	14
2. 2 CRESCIMENTO ECONÔMICO	16
2. 3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	19
2. 4 POBREZA	24
3. MICROFINANÇAS	26
3. 1 MICROCRÉDITO	26
3. 2 DIFERENÇA ENTRE MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO	27
3. 3 MICROFINANÇAS DO BRASIL	30
3. 4 ACESSO AO CRÉDITO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	31
4. CONTEXTO MACROECONÔMICO NO GOVERNO LULA	34
4. 1 POLÍTICA MACROECONÔMICA	34
4. 2 POLÍTICA DE CRÉDITO NO GOVERNO LULA	37
5. EFEITOS DO CRÉDITO NA ECONOMIA	48
5. 1 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS	48
5. 2 SURGIMENTO DA NOVA CLASSE "C"	52
5. 2 O PROBLEMA DO ENDIVIDAMENTO	53
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Durante os oitos anos do governo Lula, muito se discutiu os reais desdobramentos da oferta de crédito mais agressiva ocorrida no período. Até que ponto o crédito pode se tornar uma política social e não meramente econômica.

O debate sobre o microcrédito ser um instrumento de combate à pobreza é de fundamental importância no contexto do período analisado, bem como a realidade em que o país se encontrava. A situação de exclusão social e pobreza afeta boa parte da população brasileira.

Este trabalho foi idealizado para encontrar evidências e explicar da melhor maneira como o crédito pode, além de um mero serviço financeiro, ser um fator de gerador de desenvolvimento econômico, de renda e inclusão social.

Será explanada a evolução dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, como também suas diferenças.

Será abordado também o conceito, políticas e o modo de acesso ao microcrédito com uma resumida comparação com o sistema tradicional de crédito.

A metodologia aplicada neste trabalho pode ser descritiva como analítica, com análise de dados através do levantamento dos mesmos juntos aos órgãos governamentais responsáveis pela coleta dos dados, como BACEN, IPEA e IBGE. O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e conclusão.

No primeiro capítulo será abordado o processo de evolução do conceito de crescimento econômico no decorrer da história do pensamento econômico até culminar na elaboração do conceito do desenvolvimento econômico, sendo um indicador tanto econômico como social, como a diferença entre os dois conceitos. Serão definidos também os conceitos de alguns indicadores importantes para mensuração da pobreza e desenvolvimento. Para finalizar o primeiro capítulo, serão explanados os diferentes conceitos e definições da pobreza e como ela é entendida atualmente.

O segundo capítulo contextualiza o conceito de microfinanças idealizado pelo professor Muhammad Yunus, completando com o cenário das microfinanças no Brasil.

O terceiro capítulo traça o contexto macroeconômico, além das políticas creditícias presentes no governo Lula. Rematando com o levantamento dos volumes e segmentos de crédito, bem como os demonstrativos de índices, que, juntos com política creditícia, resultaram em desdobramentos importantes para a economia do Brasil.

No quarto capítulo, serão demonstrados os resultados que a implantação do crédito na economia pode trazer, analisando os indicadores sociais e econômicos durante e pós-governo Lula.

2. O CONCEITO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

2.1 DIFERENÇA

O conceito de crescimento tomou forma de maneira mais clara no âmbito econômico das ideias de Adam Smith com a publicação do livro *Riqueza das Nações*. Na época, era algo perseguido e desejado por nações ou governantes através das políticas econômicas, sendo sinônimo de algo positivo e benéfico.

Que a riqueza consista no dinheiro, isto é, no ouro e na prata, é uma idéia popular que deriva naturalmente da dupla função do dinheiro, como instrumento de comércio e como medida de valor. [...] Analogamente, supõe-se que um país rico — da mesma forma que um indivíduo rico — é aquele que tem muito dinheiro; nessa suposição, acumular ouro e prata em um país constitui o caminho mais rápido para enriquecê-lo. (SMITH, 1996, p. 415)

O grande viés deste pensamento é o fato de que um crescimento por si só, ou melhor, um crescimento sem uma distribuição de renda mais igualitária, uma melhora na qualidade de vida ou uma melhora do índice de educação acarreta em um crescimento insustentável ao longo prazo. Sem uma população com conhecimentos técnicos, ou mesmo uma rede de infraestrutura bem organizada irá formar gargalos que impedirão um aumento da atividade produtiva de maneira perene e sem percalços.

Ao analisarmos o desempenho e a realização de um governo, os principais fatores observados são os referentes aos aspectos econômicos, pois estes têm desdobramentos em todos os setores da sociedade. Por isso economistas formulam teorias para corroborar e refletir sobre a realidade do crescimento.

É a pujança econômica de uma nação que nos mostra não somente qual forte é geopoliticamente, mas também em qual nível está o processo de inovação, de educação e de infraestrutura. São estes níveis de educação, infraestrutura e inovação que serão sentidos no dia-a-dia da sociedade em geral e permitirão um crescimento ao longo prazo sustentável.

Como veremos mais adiante, até o surgimento da teoria keynesiana, os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico não tinham definições distintas. Por mais que estejam inseridas em um mesmo contexto e comumente são sinalizadas como sinônimos, há diferenças cruciais entre o crescimento econômico e desenvolvimento, que fogem além do aspecto da semântica cruzando o âmbito econômico e social.

O crescimento econômico é segundo Sandroni (1999, p.141) "Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto

Nacional Bruto (PNB) per capita." Portanto, o crescimento é auferido contabilmente e se caracteriza por se encontrar somente no ambiente econômico.

Desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento. O desenvolvimento econômico pode ser definido, de acordo com Sandroni (1999, p.169), como " Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia."

Para Lemos (2007), o desenvolvimento econômico é uma definição bem mais abrangente do que um simples crescimento do produto agregado de um país, de uma região ou de um estado ou município. O desenvolvimento é traduzido pela elevação do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, devidamente acompanhado por uma melhoria do padrão de vida populacional e por alterações estruturais na economia.

O conceito de crescimento se limita muito a analisar de maneira matemática a produção nacional. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento, não sendo exclusivamente econômico, se dissemina para os setores sociais e estruturais, bem como, foge de uma definição mais simplista da qual o crescimento possui.

Quando analisamos o nível de desenvolvimento de um país, deparamo-nos com uma seara muito mais abrangente, com um número muito maior de fatores. Além dos índices econômicos, como o crescimento do PIB, o desenvolvimento leva em conta fatores sociais, como a quantidade de anos de educação da população, expectativa de vida ao nascer e distribuição de renda.

Em diferentes períodos da história, várias correntes de pensamento econômico surgiram para explicar os fenômenos econômicos. Durante muito tempo, os conceitos de crescimento e desenvolvimento eram sinônimos. O simples acúmulo de riquezas ou o acúmulo de capital tinha suma importância, podendo ser entendido este conceito de maneira mais atual como a simples variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB), considerando o PIB valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços.

No entanto como veremos a seguir, a evolução das teorias começou a mudar a sua concepção, e principalmente, a necessidade do entendimento de que um simples acúmulo de riquezas sem uma base econômica evoluída e sem uma melhoria nos indicadores sociais seria falha a tentativa da manutenção de um crescimento sustentável ao longo prazo.

2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO

O conceito de Crescimento Econômico possui várias correntes de pensamento, destacando as correntes Clássica, Keynesiana e Neoclássica. Desde o século XVIII com a corrente Clássica, o crescimento econômico tenta ser entendido e quantificado de maneira mais profunda. Para Hunt (1981), Adam Smith só foi precedido por poucos economistas nessa análise mais profunda não pelo fato de não terem uma qualidade intelectual, mas sim pelo fato de que a época em que viviam não compreendia características bem definidas de capital e economia.

De uma perspectiva estritamente técnica, o desenvolvimento econômico, quando confundido com o mero crescimento, depende fundamentalmente da elevação do nível de produtividade dos fatores de produção. A elevação de produtividade, por sua vez, depende da acumulação de capital. Esta concepção de desenvolvimento está em concordância com a escola clássica, principalmente na linha de pensamento de Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. No geral estes pensadores concordam que o acúmulo de capital se constitui na fonte fundamental para o crescimento. (LEMOS, 2007, p.25)

Todas essas correntes, como a clássica, keynesiana, neoclássica tem como fator comum o modo como elas enxergam o crescimento econômico. Para essas correntes de pensamento, por mais diferentes métodos que cada uma se utiliza, ou por mais que haja diferenças filosóficas entre elas, o crescimento econômico simplesmente era medido por algum índice econômico, por exemplo: o aumento ou diminuição do Produto Interno Bruto ou algum índice que se assemelhe a uma variação quantitativa de produção. Era o caso de área plantada na época dos pensadores clássicos. Nota-se também a preocupação de todas com o fator tecnologia. David Ricardo (1996) afirmava que a única maneira de evitar uma paralisação da economia seria a utilização de novas técnicas de produção, ou seja, uma constante evolução de técnicas, processos e inovações. Para não houvesse esta paralisação do crescimento haveria de ter desenvolvimento tecnológico.

A corrente Clássica tinha como principais pensadores Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo.

Smith defendia que o aumento da riqueza de uma nação se devia entre outros modos pela divisão do trabalho e o auto-interesse de trocas.

{...} cada animal, individualmente, continua obrigado a ajudar-se e defender-se sozinho, não dependendo um do outro, não auferindo vantagem alguma da variedade de talentos com a qual a natureza distinguiu seus semelhantes. Ao contrário, entre os homens, os caracteres e habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral do intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades. (SMITH, 1996, P.76).

Smith relaciona diretamente o crescimento e o estágio evolutivo de uma nação de acordo com o grau de diferenciação e divisão do trabalho na qual uma sociedade se encontra. Para ele, a manufatura já começa a ter um papel diferencial no crescimento de uma nação, pois a mesma consegue se beneficiar mais da divisão do trabalho do que a agricultura.

As nações mais opulentas geralmente superam todos os seus vizinhos tanto na agricultura como nas manufaturas; geralmente, porém, distinguem-se mais pela superioridade na manufatura do que pela superioridade na agricultura. Suas terras geralmente são mais bem cultivadas, e, pelo fato de investirem mais trabalho e mais dinheiro nelas, produzem mais em proporção à extensão e à fertilidade natural do solo. Entretanto, essa superioridade da produção raramente é muito mais do que em proporção à superioridade de trabalho e dispêndio. Na agricultura, o trabalho do país rico nem sempre é muito mais produtivo do que o dos países pobres, ou, pelo menos, nunca é mais produtivo na mesma proporção em que o é, geralmente, nas manufaturas. (SMITH, 1996, p.67)

Na época, a terra era um fator de destaque. O crescimento do país estava intrinsecamente ligado à quantidade de área cultivada. Segundo Malthus (1970, p.179),

A renda da terra é uma parcela da receita nacional que sempre foi considerada importantíssima (...). A renda da terra pode ser definida como a parcela de valor de produto total que sobra para o proprietário da terra após o pagamento de todos os custos do cultivo, de qualquer tipo que seja, incluindo os lucros do capital empregado, estimando de acordo com a taxa de lucros sobre o capital agrícola usual no período considerado.

A criação da renda se dava pelo cultivo agrícola, logo o crescimento econômico se dava em grande parte pela renda da terra. Então, fatores como quantidade disponível de terras aráveis e demanda por alimentos se tornam cruciais para a criação de renda. O que gerava o inconveniente de haver um limite de crescimento ditado pelo limite da disponibilidade de terras férteis. Malthus (1970) também afirmava que o poder da população era de uma força muito maior que a capacidade da terra de prover subsistência ao homem até chegar um ponto insustentável.

Para David Ricardo (1996), continuando na linha de pensamento clássico, os rendimentos da terra têm como inclinação intrínseca seu achatamento. Com o crescimento e o enriquecimento de uma nação, o esforço de trabalho e a quantidade de terra para que haja o aumento da produção, cada vez mais, tende a ser maior e assim o rendimento tem como tendência ser decrescente. Somente com inovações e aperfeiçoamentos de técnicas que surgiam de tempos em tempos é que essa situação suavizava, mas que, inevitavelmente, as economias tenderiam a um estado estacionário, já que em determinado momento o acréscimo de produção não iria gerar nenhum acréscimo de acumulação.

As teorias de crescimento da época já deixam clara a importância de inovações, por menores que sejam, para um aumento de produção, tanto agrícola quanto manufatureiro, proporcionando assim um maior acúmulo de riquezas.

A seguinte grande contribuição para a teoria do crescimento econômico se faz nas ideias do economista Joseph Schumpeter. Suas intervenções tinham como ponto chave a inovação, sendo a inovação de suma importância para o crescimento. Para Schumpeter (1997, p 74) "Entenderemos como desenvolvimento, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa."

Para ele, a inovação, seguida dos efeitos causados por ela e da resposta do sistema econômico a esses efeitos, é a força motriz para o aumento da economia. Em suas análises, Schumpeter já dá importância a um desenvolvimento que é surgido das inovações, sendo elas de processos ou de produtos novos.

Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. Por motivo da conveniência de exposição, quando falarmos em novas combinações de meios produtivos, só estaremos nos referindo doravante ao último caso. o desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. (SCHUMPETER, 1997, p.76)

O acúmulo por si só já não é mais suficiente. De acordo com Schumpeter (1997, p74),

Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico.

O entendimento passa a não se restringir somente ao aspecto econômico e passa a ser algo muito mais abrangente. Para Lemos (2007) o entendimento do conceito de desenvolvimento na interpretação de Schumpeter apresenta sinais de crítica.

O desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente. (Schumpeter, 1997, p.70).

As teorias do crescimento econômico começaram pela simples análise do acúmulo de riquezas das nações e com seu aprofundamento começou-se a dar uma importância maior às mudanças de paradigmas para uma evolução na economia do que o seu simples crescimento. Sem essa evolução, não haveria um crescimento sustentável de longo prazo. Sem um melhor aproveitamento, mudanças de técnicas ou inovações, os recursos que são escassos teriam mitigado o crescimento das economias.

O grande divisor de águas do desenvolvimento foi através das ideias de John Maynard Keynes e dos economistas denominados desenvolvimentistas. Keynes acreditava na importância do Estado na economia e sua eventual intervenção para ajustes e reparações de

possíveis distorções do sistema. Segundo Keynes (2004, p.40) “Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.” O governo proveria os vazios deixados pela iniciativa privada.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As teorias de Keynes são o ponto de início de uma divisão maior entre crescimento econômico e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se criava uma dependência necessária entre eles. O crescimento não poderia se restringir à acumulação de capital, o crescimento e suas consequências tinham que transbordar em todos os âmbitos da sociedade.

Um dos precursores do conceito de desenvolvimento que ainda hoje está em voga foi do economista, da escola keynesiana, Amartya Sen. Já havia um entendimento mais restrito de que desenvolvimento tinha como enfoque o aumento de rendas pessoais, avanços nas áreas técnicas e o Produto Nacional Bruto.

Todavia Sen (2000) discorre afirmando que o desenvolvimento é muito mais que um simples aumento de renda ou modernização social. Ele afirma que o desenvolvimento é um processo de aumento das liberdades que as pessoas gozam.

A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer - as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter[...] É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar além dele. (SEN, 2009, p.28)

Levando em conta que estes aspectos econômicos são importantes na mensuração do desenvolvimento, ele afirma que os fatores que influem vão além do âmbito econômico. Para que haja desenvolvimento fatores como educação, saúde, direitos civis, infraestrutura tem que ter seu aumento quantitativo e com maior raio de alcance. Segundo SEN (2009, p.29) "o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos."

Para que haja esse processo econômico, estas diferentes liberdades, em que ele afirma serem ao mesmo tempo fins e meios para o desenvolvimento, precisam ser alcançadas. Esses vários tipos de liberdade se relacionam e sustentam o desenvolvimento. Ele as divide em cinco: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais e garantias de

transparências e segurança protetora. Não sendo importante para este trabalho o estudo aprofundado de cada uma dessas liberdades,

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2009, p.17)

Apesar do conceito de desenvolvimento ir mais além, quando analisamos os indicadores econômicos como o produto interno bruto, consumo das famílias, renda per capita juntamente com indicadores sociais como maior esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, melhor acesso a serviços básicos de água potável e saneamento, baixas taxas de mortalidade infantil e taxa de desemprego, temos um referencial de quão desenvolvido é um país. Há também o coeficiente de Gini, um importante indicador social que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. O coeficiente de Gini será explicado mais adiante neste trabalho.

Somente com o cruzamento destes dois tipos de indicadores, econômicos e sociais, podemos mensurar a qualidade de vida da população e verificar se houve realmente desenvolvimento. Mostrando de alguma forma que somente um crescimento econômico não influi em uma melhoria na qualidade de vida da população, o crescimento deixa de ser uma condição suficiente e passa a ser somente uma condição necessária para o desenvolvimento.

De fato, Lemos (2007, p.27) conclui que:

Fica claro assim que os indicadores de quantum, isoladamente, não são capazes de aferirem os níveis de bem-estar e de qualidade de vida e, portanto, de desenvolvimento, haja vista que alguns, ou todos eles, podem estar associados a desigualdades sociais significativas. Ou seja, a sociedade pode produzir um bolo relativamente elevado e que seria repartido apenas entre uma seleta e restrita parcela da população.

Atualmente o conceito de desenvolvimento humano está em voga. O homem e sua vida são o centro do estudo. A ONU utiliza esse tipo de definição em sua política de desenvolvimento.

A riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma equitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e efetivamente o são em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas se estendem além do bem estar econômico. Os desejos humanos seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber,

participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante (LEMOS, 2007, p. 29 *apud* HDR, 1994, p. 15).

Renegando o fator riqueza como principal articulador, este conceito de desenvolvimento criou o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH surge no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes foram criados e lançados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1995) e teve como objetivo explícito de desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas.

Apesar do fato do IDH isolado não ser abrangente o suficiente para medir a qualidade de vida, ele é o indicador que mais retrata essa percepção, sendo calculada pela renda, expectativa de vida ao nascer, e o índice de tempo de estudo.

A renda é calculada pela renda per capita medida pela paridade de poder de compra. Mesmo com a evolução do pensamento econômico, no qual tirou muito da importância da renda no desenvolvimento, ainda assim, sem que haja oportunidade de um emprego e de uma remuneração compatível não haverá crescimento. É através da renda que a população irá consumir lazer, ter acesso a facilidades que irão proporcionar mais conforto e a compra de bens que proporcionam aumento na qualidade de vida.

A expectativa de vida é aferida pela quantidade de anos que uma pessoa irá viver. Quanto maior, ou seja, quanto mais tempo o ser humano viver se supõe que ele teve a oportunidade de ter um maior acesso a tratamentos médicos adequados, condições mínimas de alimentação, infraestrutura de água e esgoto, segurança ou qualquer outro fator que impacte positivamente na qualidade que o ser humano vai ter durante sua vida e que terá influência na quantidade de anos, logo é um indicador que abrange muito bem vários aspectos e mostra a importância que têm fatores de fora do âmbito econômico no desenvolvimento.

O índice de educação é calculado com o uso de dois indicadores. O primeiro é a taxa de analfabetismo, que é a taxa da capacidade de ler e escrever medido das pessoas com 15 ou mais anos. O segundo índice é a taxa de escolaridade, que é a quantidade de matrículas de pessoas em qualquer nível de escolaridade. Quanto mais tempo de estudo uma população tem, mais profissionais qualificados terão, mais e melhores pesquisadores, maior produção acadêmica e tudo isso se reflete qualitativamente em vários aspectos da sociedade.

Desde 2010, o Relatório de Desenvolvimento Humano, o PNUD, começou a usar um novo método de cálculo do IDH. Os três índices seguintes são utilizados:

1. A expectativa de vida ao nascer (EV): $\frac{EV - 20}{83,2 - 20}$
2. Índice de educação (EI): $\frac{\sqrt[2]{IAME \times IAEE} - 0}{0,951 - 0}$
 - 2.1. Índice de anos médios de estudo (IAME): $\frac{AME - 0}{13,2 - 0}$
 - 2.2. Índice de anos esperados de escolaridade (IAEE): $\frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$
3. Índice de renda (IR): $\frac{\ln(PIBpc) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)}$

Sendo PIBpc o produto interno bruto (paridade de poder de compra) per capita.

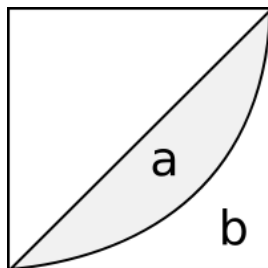
O cálculo do IDH é feito a partir da média geométrica dos três índices anteriores.

$$IDH = \sqrt[3]{LEI \times EI \times IR}.$$

Outro indicador usado para auxiliar no diagnóstico de uma melhoria da qualidade de vida em um país, o coeficiente de Gini é um referencial usado para medir a desigualdade de distribuição de renda e que indica através da sua dinâmica a redução da pobreza.

Criado e desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, seu coeficiente consiste em número variando entre 0 (zero) e 1 (um) e seu índice sendo apresentado em pontos percentuais. Quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda num país.

Ilustração 1- representação gráfica do coeficiente de Gini



Fonte: Elaborada pelo autor

O coeficiente de Gini é calculado como a razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Caso a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é A, e a área abaixo da curva de Lorenz é B, então o coeficiente de Gini é igual a $A/(A+B)$. Esta razão se

expressa em pontos percentuais ou percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. O coeficiente de Gini pode ser calculado com a Fórmula de Brown:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

onde:

- G = coeficiente de Gini
- X = proporção acumulada da variável "população"
- Y = proporção acumulada da variável "renda"

Tabela 1 - Coeficiente de Gini dos estados brasileiros 2010

Coef. Gini	Estado
0,536	Brasil
0,594	Distrito Federal
0,569	Piauí
0,564	Sergipe
0,563	Paraíba
0,560	Bahia
0,556	Ceará
0,555	Maranhão
0,553	Pernambuco
0,548	Alagoas
0,546	Amazonas
0,546	Roraima
0,543	Tocantins
0,543	Rio Grande do Norte
0,541	Pará
0,539	Amapá
0,533	Acre
0,532	Rio de Janeiro
0,526	Mato Grosso do Sul
0,523	Espírito Santo
0,521	Rondônia
0,514	São Paulo
0,512	Goiás
0,509	Minas Gerais
0,506	Paraná
0,504	Rio Grande do Sul
0,503	Mato Grosso
0,464	Santa Catarina

Fonte: IBGE (2011)

Observando a tabela acima, podemos constatar que o estado que possui a maior desigualdade na distribuição de renda é o Distrito Federal, e no caminho contrário encontra-se o estado de Santa Catarina com o melhor coeficiente de Gini.

2.4. POBREZA

De acordo com o conceito de desenvolvimento humano utilizado pela ONU, para que a economia de um país supere a fase de crescimento e esteja, de fato, experimentando as benesses do desenvolvimento por completo, a erradicação da desigualdade social e da pobreza se faz prioritária. Grande parte da população mundial vive na linha de pobreza.

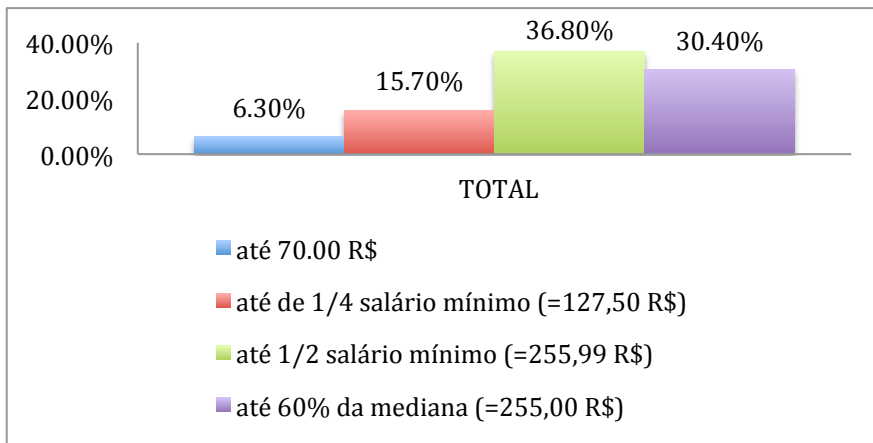
O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 1,25 dólar por dia por pessoa como linha de indigência e de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza. Sendo um grande problema para muitos países, Vieira de Lima (2007, p.15 apud YUNUS, 2000) definiu a pobreza como "uma doença que tem um efeito paralisante no corpo e mente". Se espalhando pelo mundo inteiro e sendo encontrada, inclusive, em países desenvolvidos, a pobreza é um grande desafio a ser superado.

Segundo YUNUS (2006), "Poverty is the absence of all human rights. The frustrations, hostility and anger generated by abject poverty cannot sustain peace in any society. For building stable peace we must find ways to provide opportunities for people to live decent lives."¹

Indo ao encontro com essa percepção e conceito de que pobreza é muito mais que a ausência de valores numéricos, Sen (2009, p.109) afirma que "a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza".

Gráfico 1 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita- Brasil-2010

¹A pobreza é a ausência de todos os direitos humanos. As frustrações, hostilidade e raiva geradas pela extrema pobreza não consegue sustentar a paz em nenhuma sociedade. Para a construção de uma paz estável, nós devemos achar maneiras de prover oportunidades para as pessoas terem vidas decentes (tradução do autor)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

No Brasil, o problema da pobreza não é tão diferente do panorama mundial. Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 16,2 milhões de brasileiros são extremamente pobres, equivalente a 6,3% da população, levando em consideração a linha de extrema pobreza definida pelo governo federal. A linha estipula como extremamente pobres as famílias cuja renda per capita seja de até R\$ 70. Esse parâmetro é usado para a elaboração das políticas sociais do governo federal.

Uma das políticas que o governo Lula utilizou para tentar combater a pobreza consistiu no aumento do volume de crédito na economia, que será assunto do próximo capítulo.

3. MICROFINANÇAS

3.1 MICROCRÉDITO

A natureza do crédito pode ser identificada como mola propulsora da economia na medida em que surgem, no século XIX, entre os trabalhadores, as cooperativas de crédito. Cooperativas estas que surgiram sem muita expressão, mas que foram o embrião para outros tipos de instituições. Singer (2002), discorrendo sobre estas experiências, aponta várias modalidades do cooperativismo: cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito, cooperativas de compra e venda, cooperativas de produção. O que é significativo aqui é a compreensão relativa ao cooperativismo de crédito, que pode ser tomado como o marco inicial das experiências de “bancos do povo”.

O prêmio Nobel de 2006 foi entregue para o economista Muhammad Yunus devido seu trabalho feito através de sua instituição, o Banco Grameen. O modelo criado por Yunus em Bangladesh em 1976 é considerado o embrião do modelo de microcrédito.

Conhecido como "banqueiro dos pobres", Yunus colocou em prática seu modelo de microcrédito com o empréstimo inicial de 27 dólares americanos para 42 pessoas, ou seja, menos de um dólar americano por pessoa.

Foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente a intenção em me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grameen têm um único objetivo: por fim a pobreza, esse flagelo que humilha e denigre tudo o que um ser humano representa (YUNUS, 2000, p.25)

Através de sua pesquisa, ele concluiu que poderia tirá-las da dependência de agiotas que agiam na época, dando continuidade aos pequenos empréstimos à comunidade e, ao mesmo tempo, provar às instituições financeiras tradicionais que as pessoas, mesmo humildes, honravam seus compromissos. Ainda que nascendo para resolver o problema localizado de um grupo de famílias, essa experiência se constituiu num dos programas mais sólidos de microcréditos, cujo objetivo central não é o de uma instituição financeira tradicional, mas proporcionar empréstimos àqueles que estão à margem de qualquer acesso ao crédito, para dar-lhes uma possibilidade de desenvolver seu trabalho, sem que nisto estejam embutidas taxas extorsivas de juros.

Foi a partir da continuidade do seu modelo que surgiu o Grameen Bank. A sua principal meta era emprestar dinheiro a pequenos empreendedores de baixa renda, com a finalidade de acabar com a pobreza e a miséria que assolavam aquela região.

Um dos eixos do Grameen Bank é as linhas de crédito com juros baixos. Isso se explica pelo fato que sua perspectiva de atuação não é acúmulo privado da riqueza, mas a

possibilidade de que todos aqueles que são pobres tenham a oportunidade de desenvolver suas atividades sem criar laços de dependência. Por isso, o papel do juro é apenas a ampliação do capital da instituição.

A concessão de empréstimo de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica. (BARONE, 2002, p.11)

O microcrédito é na sua concepção um instrumento financeiro que se caracteriza por tornar viável empréstimo de pequenos valores a empreendedores informais de baixa renda

3.2. DIFERENÇA ENTRE MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

Uma política de microfinanças e microcrédito se diferenciam pela relação de crédito dirigido, que em muitos casos são vinculados a alguma prestação de algum serviço acessório, tal qual a assistência técnica ao pequeno empreendimento, independentemente de seu caráter urbano e rural.

Em seu trabalho, Santos (2011, p.26) faz um breve resumo das diferentes definições e de microfinanças e microcrédito. Sendo definidos como:

- Microfinanças: todos os serviços financeiros (crédito, poupança, seguros, penhor) voltados para a população de baixa renda, inclusive crédito ao consumo.
- Microcrédito: todos os serviços de crédito voltados para a microemprededores. Não financia consumo.
- Microcrédito produtivo: serviços de crédito voltados às micros e pequenas atividades produtivas.
- Microcrédito produtivo orientado: serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas, com uso de metodologia baseada na ação de agentes de crédito.

O microcrédito tem alguns pilares que juntos formam seu conceito e, de acordo com Paiva e Galiza (2002*apud*, SANTOS 2011, p.50), esses pilares podem ser resumidos em:

- emprestar recursos para microempreendedores sem acesso ao mercado formal de crédito;
- eliminar a exigência de garantias reais, pelo uso de colaterais substitutos, eficientes;
- aproximar o funcionário da instituição de microfinanças (agente de crédito) e o cliente;
- manter taxas de juros capazes de tornar a instituição de microfinanças (IMF) sustentável, não subsidiada;

De acordo com Santos (2011), é de suma importância uma política de microfinanças, como também que ela seja ampla e atinja o maior de agentes possíveis.

A primeira justificativa refere-se ao fato de que as microempresas representam um segmento-chave para a manutenção do emprego, especialmente dos trabalhadores menos qualificados. O segundo argumento diz respeito à utilização do microcrédito como instrumento para mitigar a situação de pobreza, e o terceiro ponto enfatiza o

acesso ao crédito como motor do desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2011, p.24)

Segundo Santos (2011), foram elaborados pela CGAP, Consultive Group to Assist the Poor, os princípios chaves da microfinanças. O CGAP consiste em um consórcio formado por 33 agências de desenvolvimento público e privadas com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros. Sendo os princípios chaves:

- A população das camadas mais humildes não necessita apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros.
- As microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza.
- As microfinanças significam a constituição de sistemas financeiros que sirvam aos pobres.
- As microfinanças podem e devem ser autossuficientes para atingir um grande número de pessoas pobres.
- As microfinanças tratam da constituição de instituições financeiras locais de caráter permanente.
- O microcrédito não é resposta pra tudo.
- O estabelecimento de "tetos" às taxas de juro afetam negativamente os mais humildes, tornando difícil o acesso destes ao crédito.
- O microcrédito deve complementar o capital privado e não competir com ele.
- O maior gargalo na indústria de microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes.
- As microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado.

Tabela 2 - Comparação entre clientes de banco e Instituições microfinanceiras

Cliente de Bancos tradicionais	Clientes de instituições Microfinanceiras	Implicações para os gerentes de IMFS
Possui garantia física	Ativos limitados, falta de documentação de propriedade	Garantias solidárias substituem a garantia física; o tamanho do empréstimo é determinado em relação ao fluxo de caixa dos negócios e atividades domésticas
Muitas opções de serviço disponíveis tornam o cliente sensível ao preço	Poucas opções de serviços disponíveis; sobrecarregado por responsabilidades da empresa e familiares; muito sensível ao tempo	Acesso/velocidade/renovações imediatas/ altas de juros

Procedimentos contábeis formais, separação de despesas pessoais e de negócios	Demonstrações financeiras inexatas e transações domésticas e de negócios misturadas	Análise de caráter junto com análise financeira, revisão aprofundada da relação entre cliente e o vendedor e da situação familiar
Tomador experiente, nível de educação permite entendimento das políticas de crédito detalhadas	Experiência limitada com serviços financeiros formais; baixos níveis de educação.	Documentação fácil, mecanismos de entrega inteligíveis e direcionados.
Capacidade de pagamento acentuada	Obrigações pessoais e domésticas prementes limitam o reinvestimento no negócio; capacidade de pagamento limitada	A capacidade de pagamento do cliente é constituída no longo prazo, focada em empréstimos repetidos com opções de pagamento e parcelas pequenas administráveis.
Capital pode atuar como proteção em condições de mercado variáveis	Vulnerável a choques econômicos, os clientes mais pobres são mais avessos ao risco	Renovações de empréstimos em bases frequentes, permitindo ao mutuário ajustar-se às mudanças das condições econômicas; empréstimos sazonais; monitoramento constante da carteira.
Necessidade de capital para investimento	Alta rotatividade, necessidade de capital de giro	Requer empréstimos de curto prazo, com frequentes desembolsos para se adequar ao fluxo de caixa do negócio
Negócios orientados para o crescimento	O crescimento do empreendimento pode ser lento ou inexistente	Repetidos empréstimos de tamanhos similares por um período maior
Não requer contato pessoal frequente	Valoriza a atenção pessoal	A relação com o agente de crédito motiva o cliente; as funções de promoção, desembolso e cobrança não são segregadas.

Fonte: Elaboração do IDESP, com base em Bruett et alii

O perfil do cliente de uma instituição bancária tradicional e de uma instituição de microfinanças é diferente e com necessidades bem distintas. Enquanto em um banco tradicional o cliente fornece garantias físicas para a obtenção de crédito, o mesmo não acontece em uma instituição microfinanceira (IMF). Ao mesmo tempo em que um cliente de uma IMF precisa de crédito de curto prazo para capital de giro, o cliente de um banco tradicional têm necessidade de crédito de longo prazo para investimento.

3.3 MICROFINANÇAS DO BRASIL

O Brasil foi um dos países menos afetados e o que mais cedo se viu livre das turbulências da crise econômica de 2008. Dentre vários motivos apontados por mais diversos economistas para justificar esse desempenho, é recorrente a avaliação que a aposta na política creditícia foi acertada. Tanto no foco na demanda interna foi de extrema importância para mitigar uma dependência maior do mercado externo, como também na facilidade que microempreendedores tiveram acesso a linhas de crédito junto a bancos e entidades de fomento.

Nesse período a política de crédito foi utilizada tanto para aquecer a demanda interna e fortalecer a economia tanto como modo de inclusão social. Tiveram papel importante na execução da concessão de crédito os bancos públicos, tanto a Caixa Econômica Federal, por meio do Caixa Aqui; quanto ao Banco do Brasil, através do Banco Popular do Brasil.

Para Barone (2008), a partir de 2003, optou-se pela manutenção da política econômica do governo anterior, porém o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como parte do conceito de microfinanças, em sentido mais amplo, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população.

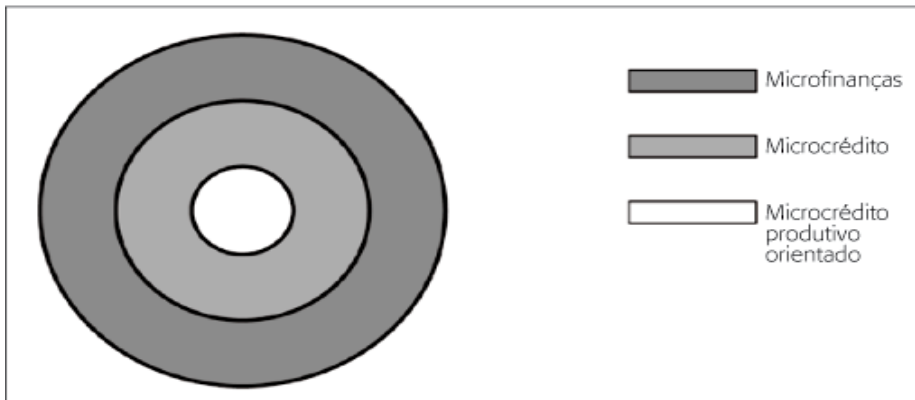
Segundo BACEN (2008, p.23):

O termo microfinanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou IMFs são entendidas como aquelas pertencentes ao mercado microfinanceiro, especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), fundos públicos, além de bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no País e de carteiras especializadas).

O ramo da microfinanças engloba todos os serviços desde contas bancárias e contas poupanças como linha de crédito designado para a população de baixa renda. O microcrédito é exatamente essa linha de crédito disponível para a população mais pobre.

Gráfico 2 - Estrutura das microfinanças no Brasil

Estrutura das microfinanças no Brasil



Fonte: Alves e Soares, 2004.

Segundo Bittencourt(2005), os objetivos da política de microcrédito e microfinanças no Brasil são o de facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando à geração de renda e trabalho, bem como facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania e reduzir as taxas de juros nos financiamentos.

3.4. ACESSO AO CRÉDITO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

É sabido que o mercado financeiro do setor privado não estende seus serviços à população mais pobre e humilde de maneira satisfatória. Santos (2011) afirma que há um conjunto de assimetrias. Essas assimetrias estão relacionadas, em grande parte, pela lacuna de informações de que o banco dispõe antes e depois da concessão de crédito. Os bancos alegam que a falta de informações sobre o tomador e garantias providas para a obtenção da linha de crédito impedem a obtenção do crédito. Em muitos casos, o banco até fornece a linha, mas com juros abusivos.

É uma das maiores dificuldades para a existência de uma ação empreendedora nas camadas sociais mais pobres e assim uma melhoria social em larga escala foi a dificuldade de acesso ao crédito desse segmento junto ao mercado financeiro. A falta de produtos específicos e condições favoráveis que permitissem um interesse das instituições financeiras tradicionais para atender essa massa de clientes de camadas sociais mais baixas, historicamente esquecidos na concessão de linhas de crédito, foram fatores que contribuíram para a dificuldade de acesso.

Esse cenário não era muito diferente no Brasil. Segundo Parente (2003):

No Brasil, a abordagem das microfinanças ainda é pouco conhecida e muito ligada ainda ao conceito restrito de microcrédito produtivo, o qual atende apenas a uma das diferentes necessidades financeiras da população de baixa renda. Por isso é interpretada segundo a tipologia de atores envolvidos e suas diferentes missões institucionais.

Pela falta de informações suficientes sobre a viabilidade econômica do projeto e destino que lhe é apresentado pelo tomador de empréstimo, o banco não tem a capacidade de apontar e selecionar as propostas que lhe são apresentadas de acordo com políticas de minimização de riscos. Assim, as instituições acabam selecionando somente as propostas que, na visão deles, oferecem menor risco. O próprio mecanismo dos bancos barram projetos que atenderiam pessoas de camadas mais pobres e, assim, não atendendo às necessidades da população.

Esse comportamento de seleção adversa leva a duas situações - racionamento de crédito e aumento nos custos de transação. A primeira surge porque muitas propostas não atendidas em virtude de falta de informações adequadas; a segunda situação ocorre pela implantação de sistemas informações e de tomada de decisões que permitam selecionar tomadores que, em tese, apresentem menor probabilidade de inadimplência. (SANTOS, p.84, 2011)

As elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros são também outro fator impeditivo para a concessão de crédito e um dos responsáveis da exclusão bancária. Assim, um dos desafios para a manutenção do crescimento da economia brasileira, com base no mercado interno, passa pela ampliação da oferta de crédito para volume e padrões internacionais. Contudo, são evidentes as fortes barreiras para se alcançar estes patamares. Juros altos e "spreads" abusivos, sem qualquer correspondência com a taxa de juros básica (Selic) e o custo de captação, tanto no mercado interbancário quanto externo, impedem maior expansão do crédito.

Como bem observadas por Santos (2011), as taxas de juros para pessoa física e pessoa jurídica no Brasil são muito mais elevadas comparadas com outros países.

Tabela 3 - Taxa média anual de juros reais no Brasil, Estados Unidos e Zona do Euro (em%)

Ano	ESTADOS UNIDOS		ZONA DO EURO		BRASIL	
	PF	PJ	PF	PJ	PF	PJ
2005	12.3	5.26	3.75	3.26	59.24	28.21
2006	10.62	5.22	2.96	2.87	52.88	27.49
2007	13.01	4.91	3.97	4.19	38.65	21.65
2008	14.75	4.47	6.86	6.74	50.67	29.7

FONTE: Santos (2011) Elaboração da equipe IDESP

Enquanto para a pessoa física as taxas de juros praticadas pelos bancos no Brasil eram de elevados 50,67% ao ano em 2008 no perfil de pessoa física, nos Estados Unidos e na Zona do Euro eram de 14,75 e 6,86% ao ano, respectivamente. Já para empresas, as taxas de juros reais ao ano batiam os 29,7%. Realidade bem diferente acontecia com a taxa para empresas nos Estados Unidos e Zona do Euro, em que a taxa para pessoa jurídica era de 4,47% e 6,74%, respectivamente.

As instituições financeiras, antes de conceder crédito, proveem-se do máximo de informações e garantias contra inadimplência, seja na forma do desenvolvimento de sistemas de avaliação de risco para operações de crédito ou na elaboração de contratos que preveem casos de inadimplência. Esses contratos estipulam que o tomador forneça garantias, sob a forma de bens como imóveis.

Os instrumentos que os bancos adotam para a sua proteção excluem do mercado de crédito um conjunto de tomadores de financiamentos que, embora possam apresentar empreendimentos economicamente viáveis, não possuem garantias reais. Esse comportamento atinge, em particular, investidores de pequeno porte e/ou do setor informal que, em geral, não possuem garantias reais (SANTOS, p.85, 2011)

Com a falta de oferta de crédito pelas instituições financeiras tradicionais para a grande demanda formada, cria-se uma fragmentação do sistema de crédito formada pelo contingente de pequenos investidores não atendidos. Esses mesmos pequenos investidores acabam tendo que buscar crédito no mercado informal. Este mercado não institucionalizado e não tão exigente em garantias para fornecer o crédito, formado por agiotas e credores familiares, balanceia o risco tomado sem garantias pelas altas taxas de juros cobradas para a obtenção do crédito.

Essa demanda por recursos formada pelo segmento de baixa renda acaba aceitando pagar juros do mercado ou mais alto pelo mercado informal para o acesso a recursos de maneira mais ágil e menos burocrático. Essa carência por produtos e serviços financeiros específicos acaba criando uma demanda reprimida.

Dessa maneira, os serviços de microcrédito e outros serviços financeiros que mostram problemas similares, como os diversos tipos de seguros, por exemplo, surgem para atender às microempresas e às atividades do setor informal. O sistema de microfinanças é concebido como proposta de opções para a seleção de clientes, avaliação de riscos e exigência de garantias, trazendo, em parte, soluções para os problemas de seleção adversa e de risco moral. (SANTOS, p.85, 2011)

O microcrédito surgiu exatamente para evitar quem é excluído do sistema financeiro tradicional fosse obter crédito em um mercado paralelo caracterizado por taxas de juros ainda mais altas e abusivas que o sistema tradicional.

4. CONTEXTO MACROECONÔMICO NO GOVERNO LULA

4.1. POLÍTICA MACROECONÔMICA

Desde a adoção do Plano Real em 1994, a política macroeconômica brasileira foi norteada pelas metas do controle da inflação. Devido ao passado recente dos períodos de hiperinflação, a busca pelo controle da inflação teve um destaque maior do que o crescimento econômico por assim dizer.

A economia brasileira sempre foi pautada pela alta vulnerabilidade externa. O país sempre teve forte dependência nas áreas financeiras, produtiva, comercial e tecnológica. Segundo Filgueiras (2007), “Esta tem sido historicamente a principal restrição estrutural ao nosso processo de desenvolvimento econômico. O país tem baixa capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos”.

Tabela 4 - Transformação de PIB - var. real anual - (% a.a.)

Ano	%
1994	5,33
1995	4,42
1996	2,15
1997	3,38
1998	0,04
1999	0,25
2000	4,31
2001	1,31
2002	2,66

Fonte: IBGE (2012)

O êxito de uma política econômica baseia-se na política monetária, na política fiscal e no contexto do setor externo. Os oito anos do Governo Cardoso foram marcados por crises externas e por um arrocho monetário, devido à alta taxa básica de juros para a manutenção da inflação domada, que ocasionou em um crescimento de PIB pífio da economia.

O governo Lula, em seus oito anos no poder, ficou marcado pelos altos superávits primários e pelos altos gastos do governo no desenvolvimento do país. Devido a uma crise externa e a desconfiança dos mercados no comprometimento do candidato recém-eleito de um partido da esquerda em honrar a dívida pública, tanto interna quanto externa, o país se viu inesperadamente com dificuldade de renovar títulos da dívida, a disparada da taxa de cotação

do dólar e um cenário de intensa instabilidade macroeconômico e institucional. (FILGUEIRAS, 2007)

Para lidar com este panorama que se instaurou, Filgueiras (2007) discorre que Lula se comprometeu em atingir superávits primários ainda maiores. Ao mesmo tempo, desafiando a lógica de uma política econômica restritiva causada pela orientação na obtenção dos superávits para o pagamento da dívida, o governo Lula teve uma variação positiva nos gastos governamentais.

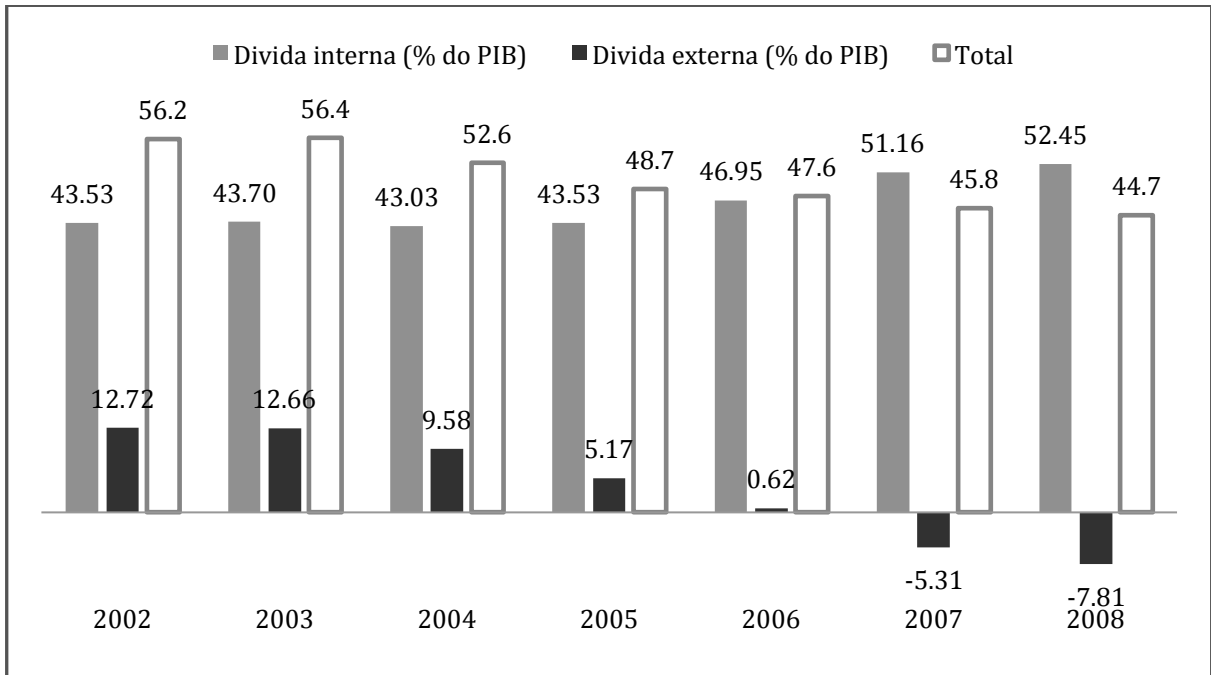
Nota-se, durante os dois mandatos, a grande contradição na condução da política fiscal, sendo um pressuposto para a obtenção dos superávits que houvesse uma diminuição dos gastos do governo e um aumento da tributação. Houve um aumento na tributação, mas houve um aumento sem freios dos gastos governamentais.

A economia internacional viveu durante quase uma década de forte e estável crescimento econômico, de uma expansão e aprofundamento da inserção dos países no comércio internacional, algo que não se via há muito tempo. Parte do êxito da política econômica se deve a conjectura que se instaurou no mundo, marcada pela crédito farto e o comércio internacional aquecido. A forte demanda por "commodities", que impacta fortemente na nossa balança comercial devido à sua composição, e uma forte oferta de capital barato no mercado financeiro deram a Lula a possibilidade de gerar superávits com menos esforço e com aumento do gasto público, contrariando uma política que deveria ser marcada pela austeridade fiscal.

Lula manteve, em sua essência, inalterada a política macroeconômica que vinha sendo adotado do governo anterior, em vigor desde 1999. Ela é ancorada pela combinação de três elementos: metas de inflação como o principal, senão o único objetivo da política monetária; o ajuste das contas governamentais como política fiscal; e o regime de câmbio flutuante, tendendo a uma forte apreciação cambial.

Apesar de um direcionamento para o ajustamento das contas públicas que remete desde 1999, a proporção dívida pública/PIB teve uma trajetória ascendente. Esta tendência somente foi rompida em 2004. Segundo Filgueiras (2007), a alteração do contexto internacional e uma melhora nas nossas contas externas em conjunto com o aprofundamento do direcionamento da política fiscal influenciaram fortemente.

Gráfico 3 - Composição da dívida pública



Fonte: Bacen

Uma aceleração das economias mundiais e a sua forte demanda por matéria-prima elevaram positivamente nossa balança comercial, formada em sua maior parte por commodities, gerando um crescimento na economia. Estados Unidos e China, principalmente, foram as protagonistas desta quase uma década de forte expansão econômica. O efeito nos Estados Unidos deve-se pela natureza de sua política macroeconômica de juros baixos e gastos elevados e a grande influência que sua economia tem em relação às restantes do globo.

Já a China, com taxas altíssimas de crescimento, consequência da sua alta competitividade e de pesados investimentos, teve forte impacto na economia, principalmente ao Brasil, devido à composição de sua balança comercial. Para Lopreato(2006), a tendência da diminuição da dívida pública se deve ao fato do crescimento da economia, a diminuição da taxa básica de juros.

Podemos notar uma diminuição da dívida externa ao longo do período e uma reversão para crédito a partir de 2007. Essa mudança deve-se ao fato da entrada de dólares na economia resultando em um aumento em nossas reservas internacionais e a valorização de nossa moeda que diminuiu o custo em reais da dívida externa.

Ao mesmo tempo a dívida interna do país cresceu tanto na relação dívida/ PIB tanto em valores absolutos. A dívida interna líquida continuou sendo um problema de política fiscal, pois não houve um arrocho nas contas públicas durante o governo. Mesmo que a manutenção dos superávits primários tenha mantido o pagamento da dívida em dia, ele não influenciou em conter a evolução da dívida interna líquida. A dívida interna, já descontada a

inflação acumulada do período, era de R\$ 1,061.891 trilhões de reais em 2002, passou para mais de 1,714.018 trilhões de reais em 2008. (BACEN, 2011).

Houve uma troca de uma dívida menor e lastreada por juros mais baixos para o aumento de uma dívida maior e com juros em patamares mais elevados. Essa mudança de tendência da dívida foi tanto causada pela entrada de dólares na balança comercial tanto pelo esforço do governo no superávit primário. O saldo da balança era de US\$13,121.297 Bilhões em 2002 chegando a atingir US\$46,456.628 bilhões em 2006, atingindo o patamar de US\$24,835.752 bilhões, devido à crise de 2008. (BACEN, 2011)

O modelo econômico do governo Lula, com ênfase em seus primeiros quatro anos no poder, teve, em muitos aspectos, um continuísmo do modelo adotado pelo governo Cardoso. Focado no combate da inflação, a taxa de juros se tornou um fator intrínseco para compreender todo o contexto do país. Como afirma Filgueiras (2007), a alta taxa de juros constitui o principal instrumento da política macroeconômica, condicionando decisivamente as políticas fiscal e cambial, bem como seus resultados. É ela o mais importante parâmetro para a dívida pública. Ela possui uma relação de reciprocidade com a razão dívida/ PIB. Se a razão tem tendências de crescimento, o mercado indica que é preciso um aumento da taxa para o financiamento da dívida. Esta razão, por sua vez, também determina o superávit primário necessário.

Apesar da manutenção de muitas características no âmbito macroeconômico do governo anterior, o Estado se fez mais presente na economia, pois foi dada ênfase ao desenvolvimento de políticas setoriais de grande destaque que colaboraram decisivamente para colocar o Brasil na rota do crescimento continuado. Neste sentido, enquanto o governo FHC ficou mais focado na política macroeconômica, desenvolvendo um rígido processo de ajuste fiscal, o governo Lula deu também atenção especial a determinados setores como a construção civil, e que, devido a uma redução da taxa de juros, a estabilidade cambial durante boa parte do seu governo e o cumprimento das metas de inflação criaram um ambiente favorável para a expansão do estoque total de crédito. Com essa expansão, seu governo usou o crédito abundante, em forma principalmente de microcrédito, e o mercado interno, visando um crescimento econômico e um descolamento da crise de 2008 com o consumo interno.

4.2. POLÍTICA DE CRÉDITO NO GOVERNO LULA

Durante o governo Lula, houve uma expansão do saldo das operações de crédito total. Todas as atividades tiveram variações, contudo este trabalho analisará somente as operações de crédito pessoal e aquisição de bens direcionadas ao segmento pessoa física. O grande diferencial da política creditícia do governo Lula foi à ênfase do crédito voltado para

pessoa física, principalmente as mais pobres. Segundo Vieceli (2011), A política de crédito de Lula foi causa e consequência para o aumento da chamada "classe C". A expansão do crédito verificada esteve associada ao relaxamento da política monetária e ao programa de crédito pessoal com desconto em folha.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), apesar da continuidade, de certo modo, da política econômica dos governos FHC, o conceito de microcrédito se ampliou assim como o seu acesso. O primeiro passo do governo foi 'bancarizar' as camadas mais baixas da população brasileira e passar a conceder crédito não apenas para produção, mas também para o consumo. Nesse processo, os bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – por meio dos seus projetos Banco Popular do Brasil e Caixa Aqui, respectivamente, foram fundamentais para a expansão da política de governo de acesso ao microcrédito. (RIGO, p.3, 2011)

Tabela 5 - Taxas de variação real do crédito – 12 meses (em %)

Composição	Dez.2003	Mar.04	Jun.04	Set.04	Dez.04	Jan.05
Total	-0,8	3,5	9,6	11,3	9,6	11,3
Recursos Livres	-3,4	2	10,7	14,2	12,5	15,1
Pessoas Físicas	5,8	11,4	14,6	17,8	19,5	21,5
Crédito Pessoal	13,6	21,4	27,4	29,6	32,3	35,2
Aquisição de Veículos	1,9	12,6	16,7	18,4	18	18,7
Outros	2,4	0,5	0	4,9	7	9,5

Fonte: BACEN (2005)

Conforme Barone (2008), foi instituído um pacote de microcrédito durante o governo Lula e este se apoiava em três pilares. O primeiro conhecido como "bancarização", consistia em um processo de massificação de contas simplificadas, sem a inclusão de serviços menos usuais e assim diminuindo o custo da manutenção das mesmas. Sendo a conta corrente ou poupança a linha primária para se ter acesso a linha de créditos dos bancos, era primordial o aumento de sua abrangência.

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito, do qual grande parte dos empreendedores brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o País, fez do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento. (BITTENCOURT et al, p.220. 2005)

Embora o Brasil apresente um número expressivo de cidadãos sem acesso a conta bancária, a quantidade dessas contas tem crescido mais que a população. Entre 2003 e 2010, a quantidade de pessoas que possuíam contas bancárias saltou de 70 milhões para 115 milhões de contas abertas e ativas. A porcentagem de brasileiros que possuíam uma conta foi ampliada de 40% para 59% dentro do sistema financeiro.

Tabela 6 - acesso a contas bancárias e contas de poupança simplificadas (valores em milhões de reais)

Tipo	Período						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Clientes de contas correntes	43.3	45.6	45.9	50.4	53.7	58.3	62.8
Clientes de poupanças	51.2	58.2	62.4	67.9	70.8	71.3	71.2

Fonte: Barone (2008)

Os dois pilares restantes, que não terá relevância nesse trabalho, vêm a ser o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e a formação de cooperativas de crédito de livre associação. Todos estes aspectos vieram por meio de uma evolução da legislação que culminou na promulgação da Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003.

O objetivo da política de microcrédito e microfinanças no Brasil durante o governo Lula foi traçado pelo Ministério da Fazenda e era o de facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando a geração de renda e trabalho, bem como facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, garantindo maior cidadania e reduzir as taxas de juros nos financiamentos.

Vale salientar que o que se esperava com essa política mais agressiva de acesso ao crédito no Brasil era que o impacto não se desse apenas na economia das famílias mais pobres diretamente envolvidas, mas também no sistema financeiro nacional e na macroeconomia do país (RIGO, p.3, 2011)

Durante o mandato de Lula o governo federal agiu para garantir que seus objetivos fossem alcançados. De acordo com Bittencourt (2005), elas podem ser sintetizadas com as ações :

- Ampliação do número de agentes financeiros que atuam com a população de baixa renda:
 1. Criação do Banco Popular do Brasil para atuar com microfinanças;
 2. Ampliação da atuação da CEF em microfinanças
 3. Ampliação do Crediamigo do Banco do Nordeste e adoção da mesma metodologia pelo BASA;
 4. Permissão p/ constituição de Cooperativas de crédito de livre adesão;
 5. Estímulo aos bancos para atuarem neste segmento social;
- Alteração dos normativos facilitando a atuação das instituições financeiras junto ao público de baixa renda:

1. Conta corrente simplificada (sem comprovante de renda e saldo de até R\$ 1 mil + crédito);
 2. Eliminação de algumas vedações operacionais para as instituições financeiras operarem com crédito popular (alteração da 1559, procuração pública);
 3. Regulamentação do crédito consignado para trabalhadores assalariados e beneficiários do INSS);
 4. Redução e/ou eliminação de taxas e tributos nas microfinanças (Cpmf da conta simplificada; taxa para uso do Sisbacen, etc.).
- Produtos e serviços financeiros mais adaptados à realidade da população de baixa renda e dos microempreendedores formais e informais:
1. Conta corrente e poupança simplificada(gratuita)
 2. Seguros simplificados e de baixo custo
 3. Crédito de uso livre(pode ser destinado a geração de renda)
 4. Crédito para microempreendedor: geral, material de construção, kit's de ferramentas e equipamentos para grupos profissionais, associação (catadores de papel, artesãos, etc.);
 5. Redução da burocracia bancária
 6. Fundo de aval(sebrae e funproger)
 7. Proger–Capital de Giro
- Aumento das fontes de financiamento para o crédito popular e produtivo:
1. Destinação de 2% dos depósitos a vista para o crédito popular e microcrédito
 2. Taxa de juros de até 2% ao mês
 3. Limite de R\$600,00 para o crédito de uso livre
 4. Limite de R\$1,5mil para créditos destinados a microempreendedores;
 5. TAC de até 2% para 4 ou mais meses–crédito de uso livre e de até 4% para crédito para microempreendedores
 6. Disponibilizou cerca de R\$ 1,4 bilhões para crédito.

Com essa série de ações, o governo Lula simplificou as regras, facilitou o atendimento ao criar capilaridade no sistema de microcrédito. Criou-se produtos específicos,

moldados para a população de baixa de renda, bem como ampliou o volume de recursos disponíveis para linhas de crédito voltado para o microcrédito.

Tabela 7 - Microcrédito - taxas de juros limitadas a 2% ao mês - contratos e valores efetivados entre ago/03 a jul/05

Instituição Financeira	Número de contratos	Valores (em R\$ 1.000,00)
CEF (1)	2.820.450	642.926
Banco Popular do Brasil	1.131.650	97.619
Banco do Brasil (2)	1.601.936	708.336
BASA	30.253	16.661
BNB (3)	499.928	349.852
Bradesco	1.485.605	774.981
TOTAL	7.569.822	2.590.375

Fonte: Bittencourt (2005) Informações dos respectivos bancos

(1) Inclui operações de Crédito CAIXA AQUI (Rotativo), Micro penhor e crédito automático conta simplificada

(2) Crédito Benefício e Crédito Pronto

(3) Inclui recursos aplicados no Crede amigo com esta fonte de recursos a uma taxa de 2% ao mês.

O crédito concedido ao consumo foi o principal tipo de crédito disponível para população. Outra modalidade de crédito que foi criada e que teve uma alta adesão durante os oito anos de governo foi a do crédito consignado.

A lei nº 10820 sancionada pelo então presidente Lula deu autorização para o desconto em folha de pagamento dos montantes referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil feitos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.

Esse tipo de crédito também tem caráter popular e consumista. Convênios foram celebrados entre conglomerados financeiros e entidades públicas ou empresas privadas. É um tipo de crédito que basicamente é oferecido para os empregados do setor formal e/ou aposentados e pensionistas do INSS com taxas mais baixas do que qualquer outra linha de crédito oferecido pelo setor bancário. As prestações do empréstimo são descontadas mensalmente diretamente da fonte pagadora, ou seja, já é descontado diretamente de salários, pensões e aposentadorias. Com essa particularidade do pagamento ser descontado diretamente dos proventos e por assim dizer, o risco de inadimplência ser bem menor, as taxas de juros são bem mais atrativas, o que gerou uma grande massificação deste tipo de linha de crédito e sendo responsável pelo sensível aumento das operações destinadas às pessoas físicas a partir de 2003.

Tabela 8 - Consignado e Microcrédito (saldos em R\$ milhões)

Ano	Saldos		Taxa de crescimento anual (%)	
	Consignado	Microcrédito	Consignado	Microcrédito
2004	9,667.33	789.71	-	-
2005	17,304.88	1,118.48	79.00	41.60
2006	25,548.79	1,126.63	47.60	0.70
2007	36,908.04	1,296.34	44.40	15.00
2008	44,575.25	1,388.13	20.70	7.00
2009	72,478.85	1,723.07	62.60	24.10

Fonte: Elaboração da equipe do IDESP

Durante o governo Lula o crédito consignado teve picos de crescimento de 79% ao ano, sendo 20,70% ao ano a menor taxa de crescimento do período. Ao longo do mesmo período, o microcrédito teve pico de crescimento de 41,60% ao ano em 2005 e 0,70% a taxa de menor crescimento registrada em 2006.

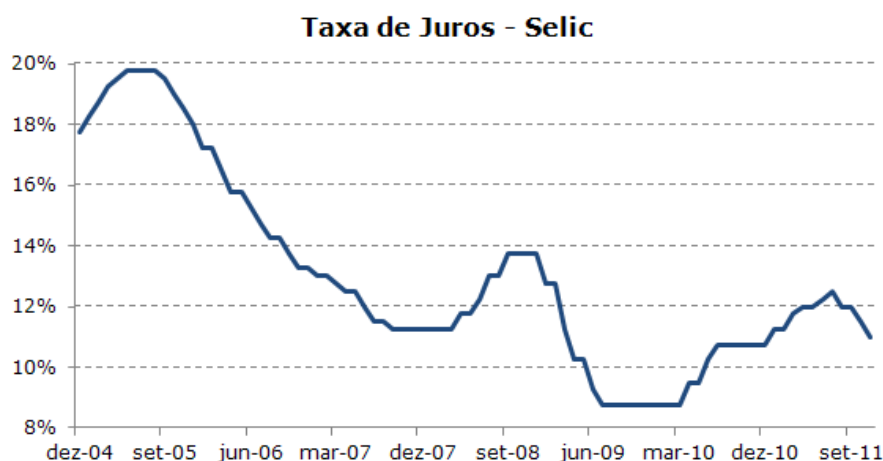
O estoque de crédito consignado saltou de R\$10,9 bilhões, o equivalente a 27,3% do crédito pessoal, em janeiro de 2004, para R\$ 32 bilhões, correspondendo a 45,7% do crédito pessoal, em dezembro de 2005. A expansão do crédito com desconto em folha de pagamento permitiu a entrada de novos consumidores no mercado, como os aposentados ou aqueles que conseguiram trocar uma dívida cara por essa modalidade de crédito mais barata e, em um segundo momento, puderam expandir o consumo. (CINTRA, 2006, p.308)

Como dito anteriormente, as políticas econômicas adotadas pelo governo Lula serviram como pano de fundo para o crescimento do crédito.

Embora a demanda externa tenha exercido o papel importante de reativar a economia no final de 2003 e no início de 2004, foi o mercado interno – alicerçado na expansão da massa de salários e no crescimento do crédito – o responsável pela maior parte do desempenho econômico daquele ano. A massa de salários teve um desempenho positivo, como resultado de um forte crescimento do emprego e de uma pequena elevação do salário real médio. Por outro lado, as mudanças estruturais que foram sendo implementadas no mercado de crédito, principalmente no que diz respeito aos empréstimos com desconto direto na folha de pagamento das empresas e do INSS, geraram uma forte expansão do crédito para pessoa física. (PORTUGAL E BARCELLOS,p.191, 2005)

A taxa de juros, um importante meio de controle inflacionário, muito usado pelo governo para conter pressões de demanda e assim manter a liquidez do sistema financeiro, sofreu um decréscimo acentuado. Durante os oitos anos de governo Lula, a taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC) caiu de 19,5%a.a em 2002 para 10,66%a.a em 2010, chegando a alguns momentos a marcar taxas de somente um dígito.

Gráfico 4 - Variação da taxa Selic

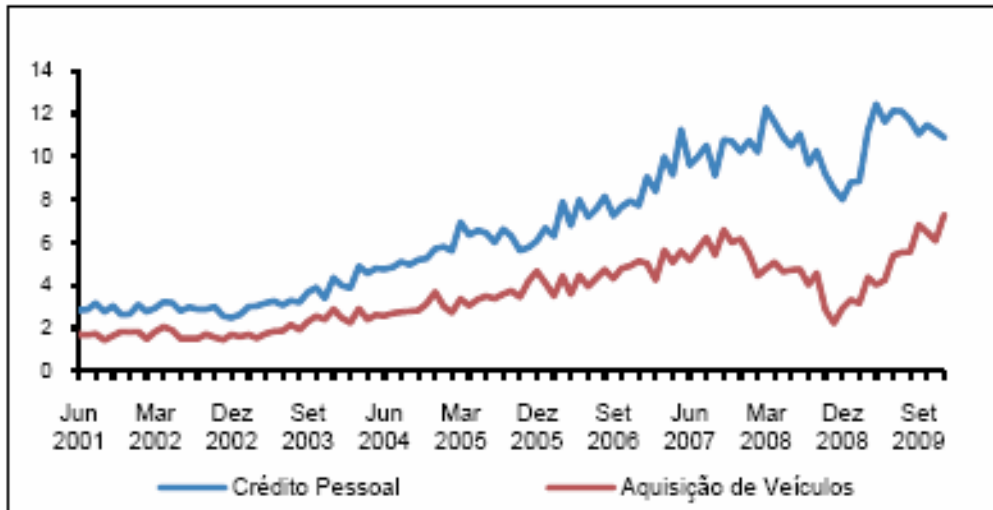


Fonte: BACEN(2012)

De acordo com BACEN (2012) o volume de crédito disponibilizado para pessoas físicas em 2003 era de R\$380 bilhões. Esse número saltou em 2010 para em torno de R\$1,6 trilhões. Dinheiro esse circulando pela nossa economia em forma de empréstimos.

Com a massificação do crédito, classes menos favorecidas da pirâmide social tiveram a oportunidade de consumir e ter direito a bens e serviços que nunca tiveram acesso anteriormente. E assim muitas das famílias usaram o crédito como forma de aumentar seu poder aquisitivo e, conseqüentemente, aquecendo a economia interna.

Gráfico 5 - Crédito pessoal e aquisição de veículos (em R\$ Bilhões)

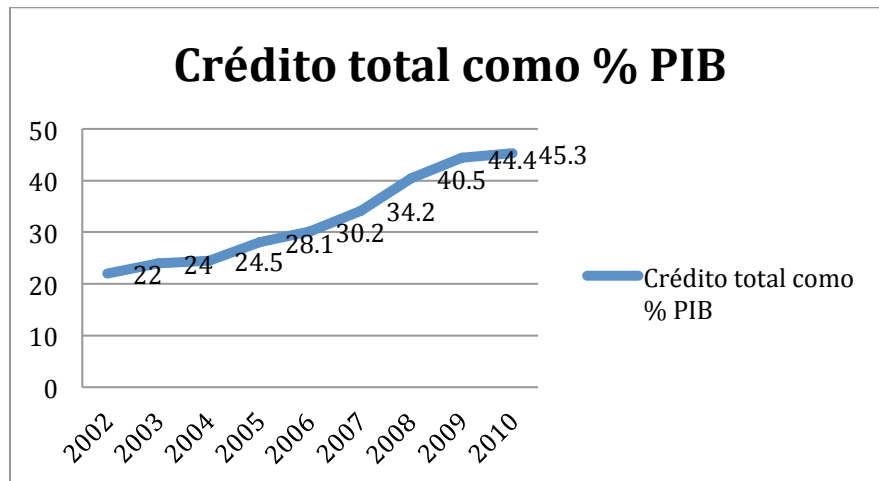


Fonte: Bacen (2009)

Em pouco mais de dois anos, entre 2004 e 2006, o volume total de crédito com recursos livres quase dobrou. Destaque para os créditos consignado e imobiliário, para as modalidades de maior crescimento.

Segundo um relatório do Banco Mundial (2000) a renda per capita tem uma tendência de estar positivamente associada com indicadores amplos de acesso tais como o número ou densidade das instituições bancárias ou os valores dos empréstimos e dos serviços que eles fornecem, apontando que a relação crédito/ PIB é uma variável chave para o crescimento de um país, especificamente o Brasil.

Gráfico 6 - Razão Crédito/ PIB



Fonte: BACEN

Países com mecanismos de crédito mais desenvolvidos têm meios de agregar de maneira mais eficiente e em situações melhores as poupanças interna e externa para investimentos produtivos que ajudem a economia a crescer mais rapidamente. Com o crescimento da economia, cria-se terreno para a expansão da intermediação bancária, gerando uma maior oferta de recursos para investimento.

De maneira contrária, acontece com sistemas bancários ineficientes que acabam cobrando "spreads" muito mais altos que desestimulam poupadores e tomadores de empréstimos e, assim, prejudicam o volume de investimentos e, por consequência, o crescimento econômico.

O aspecto relevante dessa relação é que países que têm uma relação de crédito/PIB maior são os mesmos que têm uma renda per capita mais alta, marcando as vantagens de spreads mais baixos. (BANCO MUNDIAL, 2012)

Nos últimos anos, relação crédito/PIB manteve uma trajetória de expansão, mesmo após os impactos da crise financeira mundial de 2008/2009. O volume de crédito no Brasil alcançou o patamar de 48,8% em relação ao PIB, dobrando a participação em relação ao que representava em janeiro de 2004. O volume de crédito no Brasil vem crescendo a uma taxa de 2 dígitos desde o ano 2002.

Tabela 9 - Relação Empréstimo/PIB

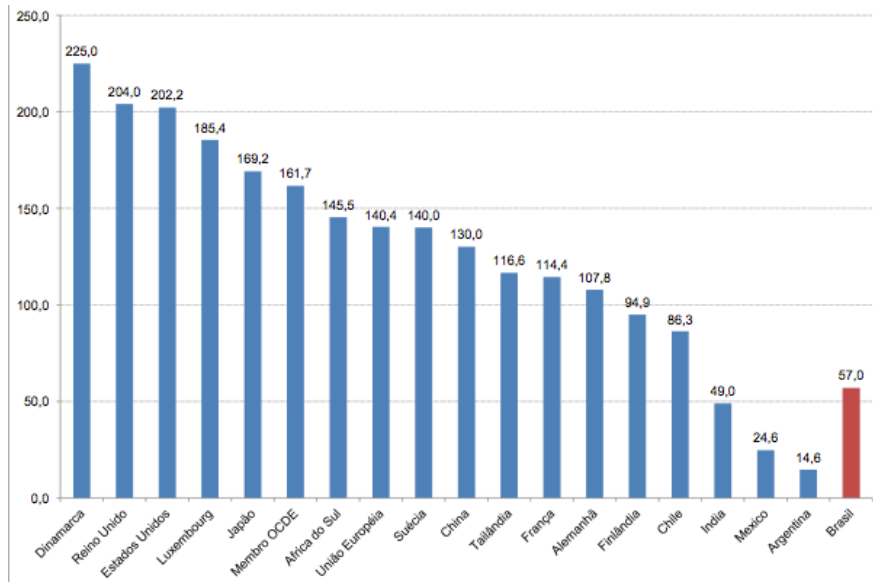
Países	1990	1997	2005
EUA	144	199	260
REINO UNIDO	116	120	166
ALEMANHA	89	110	112
FRANÇA	94	82	94
JAPÃO	196	192	99
BRASIL	24	29	31

Fonte: Elaboração da equipe do IDESP (SANTOS, 2011)

O aumento do crédito no país acompanhou a evolução da demanda interna, impulsionada, especialmente, pelo dinamismo do mercado de trabalho. Nesse contexto, tanto os empréstimos com recursos livres quanto as linhas de crédito com recursos direcionados sofreram expansão.

Estatísticas mundiais demonstram que existe uma correlação muito forte (cerca de 0,84) entre a relação crédito/PIB e o crescimento do PIB. Portanto, o incremento da relação crédito/PIB é condição necessária para que o Brasil apresente taxas de crescimento robustas, sendo que uma redução significativa no custo da atividade de intermediação financeira faz-se necessária para aumentar tal relação via expansão do crédito. (FERREIRA p.2)

Gráfico 7 - Relação crédito/ PIB mundial



Fonte: DIEESE (2005)

Apesar dos dados do Banco Mundial (2012) apresentarem crescimento do crédito em relação ao PIB, ao mesmo tempo revelam que a situação do Brasil ainda está muito distante da realidade de outros países. Pela metodologia do Banco Mundial o volume de crédito ao setor privado no país alcançou 57% do PIB, percentual aquém do apresentado pelos países desenvolvidos (por exemplo, Dinamarca e Japão, com relação crédito/PIB de 225% e 169,2%, respectivamente) e pela emergente China com 130,0%.

5. EFEITOS DO CRÉDITO NA ECONOMIA

Neste capítulo apresentaremos dados que demonstram o êxito da expansão do crédito na economia. Temos melhoria nos indicadores de inclusão social da população de baixa renda, como a redução da pobreza, a ascensão da classe média e melhor distribuição de renda. Verificamos também a maior facilidade de acesso ao crédito e serviços financeiros, como conta corrente e poupança. Todos esses indicadores mostram uma melhora geral na qualidade de vida da população em geral, fazendo com que a camada mais baixa da sociedade tenha não apenas o direito à sobrevivência, mas o de viver dignamente.

5.1 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

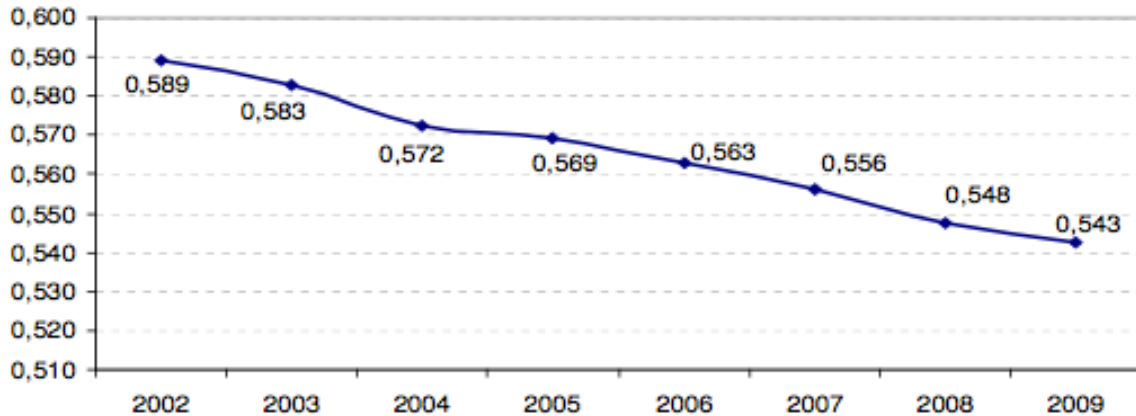
Embora não se tenha um índice que confirme diretamente a relação entre a quantidade de crédito, com a variação de indicadores sociais e econômicos, e assim, demonstrar a ocorrência do crescimento e desenvolvimento da economia, veremos os impactos e os índices da economia e sociedade durante o período do governo Lula, período marcado por uma política creditícia ativa. Além de fazer uso do microcrédito e microfinanças como uma das medidas de combate a pobreza durante seu governo, houve o aumento geral no nível de crédito, com ênfase nas linhas voltadas para o consumo.

Mesmo sem uma correlação direta, a expressividade e significância dos avanços durante o período nos permite assegurar que eles são consequências, em grande parte, pelas políticas públicas adotadas.

Com a facilidade de crédito e com a diminuição da taxa de juros, fazendo com que o custo dos empréstimos diminuísse, o governo, além de prover poder de compra para a população em geral, também conseguiu amenizar os efeitos da crise que assolou o mundo em 2008 via o aumento do consumo interno.

Um dos indicadores mais usados para medir a pobreza de uma nação, o coeficiente de Gini durante os anos do governo Lula, sofreu uma redução de maneira constante e ocasionando uma considerável redução da concentração de renda no país, no que resultou na variação do percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos que variou de 47,45% em 2001 para 42,77% em 2009. A proporção de renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 50% mais pobres passou de 12,58% para 15,49% no mesmo período. É importante ressaltar que, mesmo com a queda do Índice de Gini, o Brasil figura entre os países mais desiguais do mundo

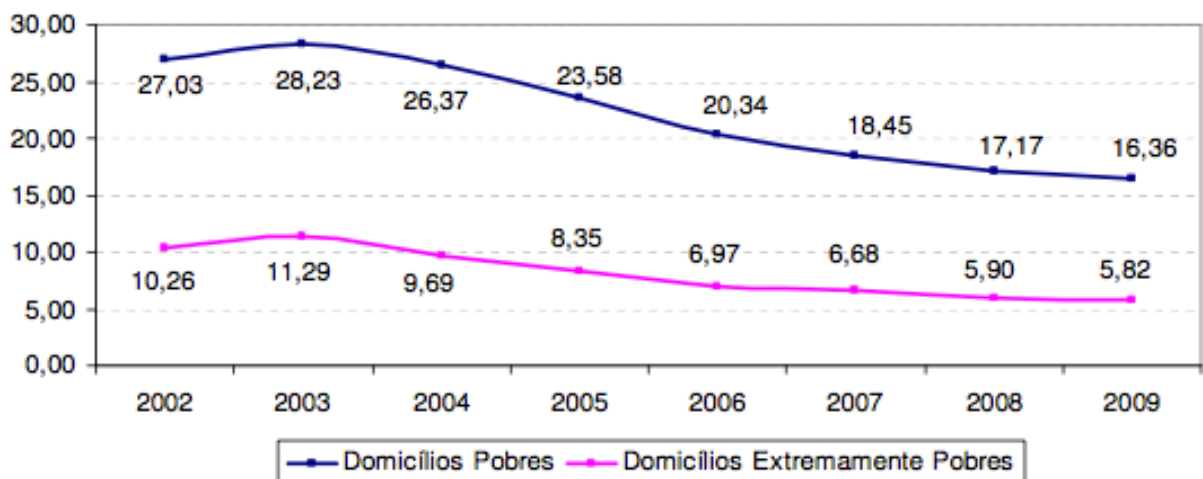
Gráfico 8 - Coeficiente de Gini



Fonte: PNAD (2009)

São inegáveis as contribuições positivas das políticas durante o governo Lula na diminuição da pobreza no Brasil. Em 2009, o número de brasileiros considerados pobres e extremamente pobres reduziu, aproximadamente, 35% e 48%, respectivamente, quando comparado ao primeiro ano do governo, além dos impactos positivos na redução da desigualdade da renda e no aumento da frequência escolar.

Gráfico 9 - Proporção de Domicílios brasileiros pobres e extremamente pobres (%)

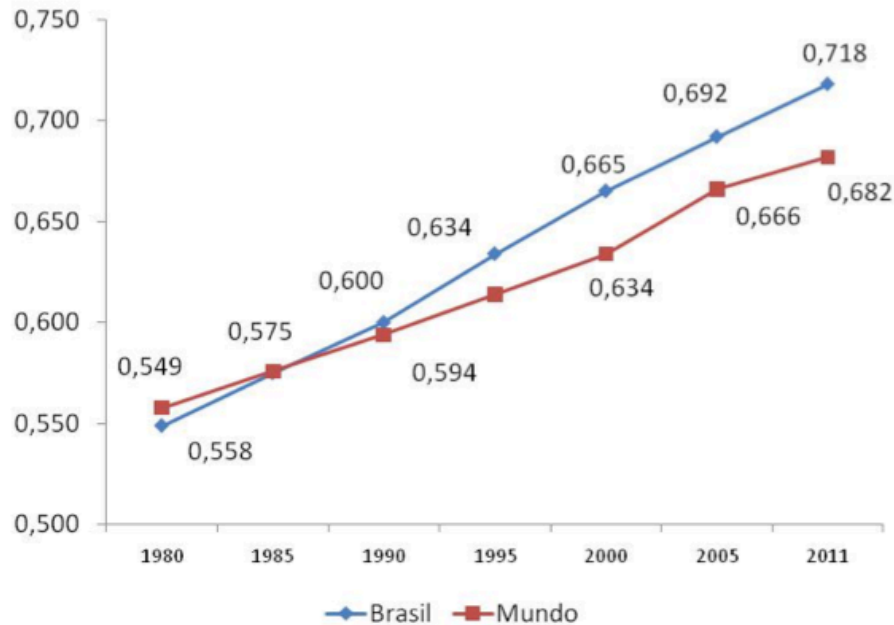


Fonte: IPEADATA

Conforme IPEA (2008), entre 2002 e 2004, o contingente de pobres residentes nas principais regiões metropolitanas apresentou crescimento de 2,1 milhões de pessoas, enquanto no período de 2004 à 2009, a quantidade de pobres foi reduzida em quase 4,8 milhões de pessoas.

A taxa de pobreza foi de 35,79% em 2003, passando para 21,42% em 2009; uma redução de 40,15%. Portanto, são evidentes as contribuições positivas das políticas do governo na redução da pobreza no país

Gráfico 10 - Índice de desenvolvimento humano - VAR



Fonte: ONU(2012)

Continuando uma tendência tanto mundial como uma tendência do próprio país, o índice de IDH aumentou no decorrer dos anos, significando de maneira genérica a melhoria da qualidade de vida. O fato do índice do IDH ter sofrido variação positiva nos permite afirmar que houve um aumento na renda, expectativa de vida ao nascer e no índice de tempo de estudo.

A alta mortalidade infantil era um dos problemas mais trágicos do Brasil. Felizmente, a estabilidade e o desenvolvimento permitiram uma queda progressiva no número de crianças que morrem antes de completar um ano de idade, em 47,6% segundo dados do IBGE(2012).

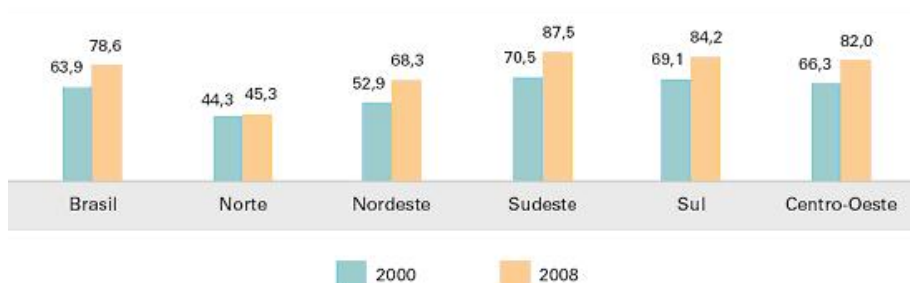
Gráfico 11 - Expectativa de vida ao nascer



Fonte: IBGE (2012)

A expectativa média de vida dos brasileiros passou de 70,5 anos, em 2000, para 73,1 anos em 2009, o que representa um aumento de 2,6 anos em uma década. Dados do IBGE(2012) revelam também que o aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer e a queda da fecundidade no País têm feito subir o número de idosos, que passou entre 1999 e 2009 de 6,4 milhões para 9,7 milhões. Em termos percentuais, a proporção de idosos na população subiu de 3,9% para 5,1%.

Gráfico 12 - Domicílios providos de água e saneamento (%)



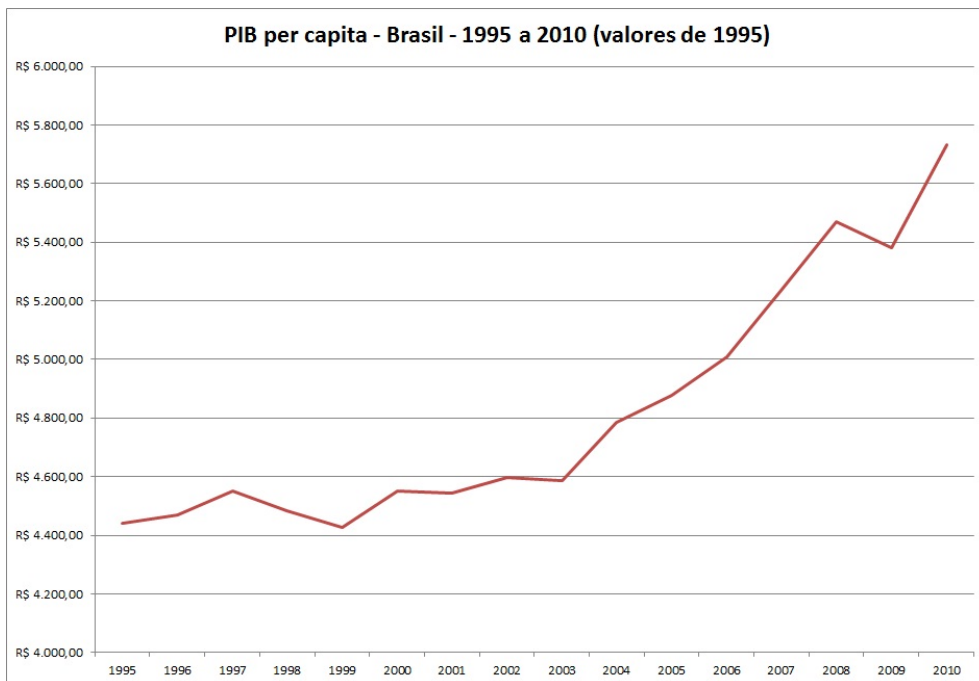
FONTE: OMS (2012)

A proporção de domicílios atendidos pela rede de água e esgoto passou de 63,9% em 2000 para 78,6% em 2008. Apesar do nível baixo, houve uma melhora de 29% no período. Trazendo para a população um direito humano essencial segundo a ONU em 2010.

No período Lula, a variação do PIB per capita foi de R\$ 4.588 para R\$ 5.405, já considerando a ligeira queda em 2009, pela crise mundial. Logo, nos sete anos de Governo Lula, o PIB per capita subiu 15,11%. Em média anual, o crescimento foi de 2,03%.

Podemos notar pelo gráfico, a partir do ano do começo do governo Lula, a curva ascendente mais acentuada, indicando um aumento bem maior do PIB per capita.

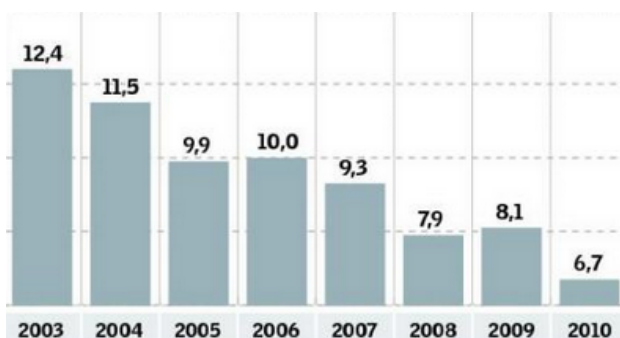
Gráfico 13 - PIB per capita



Fonte: IPEA (2012)

Com o aumento da atividade econômica a abertura de novos postos de trabalhos permitiu que a taxa de desemprego no período analisado sofresse uma queda de 53% durante os 8 anos do governo indo de 12,4% em 2003 para 6,7% em 2010. (IBGE, 2012)

Gráfico 14 - Taxa de desemprego



FONTE: IBGE(2012)

Segundo os dados dos relatórios do BACEN, os níveis de crédito da economia tiveram uma trajetória ascendente durante todo o período estudado. Com destaque para o segmento de pessoa física, o crédito passou sua participação em relação ao PIB de 22% em 2002 para 45,3% em 2009. No segmento de pessoa física, o tipo de crédito que mais cresceu foi o de crédito consignado em folha, tendo aumentado em 4 vezes de volume entre 2004 e 2006.

Houve um expressivo aumento do número de brasileiros que mantêm relação com o Sistema Financeiro Nacional. A "bancarização" da população de baixa renda foi outro ponto que teve forte expansão durante o período. Segundo BACEN (2008), houve um aumento de 57,5% no número de contas correntes, evoluindo de 43,3 milhões para 62,8 milhões. Isso significa que, além do acesso ao crédito, uma variedade de serviços passou a ficar disponível para a população de baixa renda.

5.2 SURGIMENTO DA NOVA CLASSE "C"

A economia brasileira viveu uma dinâmica de crescimento virtuosa, concretizando uma sequência de taxas de crescimento do PIB positivas e expressivas nos últimos anos. Segundo Vieceleli (2011), a redução da concentração de renda, a valorização da renda real, o combate à pobreza provocaram, nos últimos anos, uma expansão da classe "C" favorecida pelo ambiente econômico estável. A ascensão da classe "C" confirma a redução da desigualdade.

A "nova classe média" cuja renda varia entre R\$ 1064 a R\$ 4591 conglomerou mais de 29 milhões de brasileiros entre 2003 e 2009, correspondendo a 94,9 milhões de pessoas, ou seja, 50,5% da população. As classes D e E encolheram seu volume em cerca de 23 milhões de pessoas no mesmo período. (VIECELELI, 2011, p.65)

O aumento da renda domiciliar média das famílias, aliado às políticas de expansão do crédito provocaram um aumento do consumo das famílias. Este novo cenário econômico pode ser visto pelo aumento das frotas de veículos e dos telefones móveis. Sendo assim, as instituições financeiras estão adotando políticas inéditas de expansão do crédito voltadas à população de baixa renda, as classes "D" e "E".

O aumento do poder aquisitivo, aliado aos financiamentos com taxas e prazos mais longos e aos empréstimos consignados, são responsáveis pela mudança no padrão de consumo.

O aumento da oferta do crédito à pessoa física constatado nos últimos anos foi favorecido pelas políticas monetárias e creditícias do governo, mas, também, pelas mudanças sociais ocorridas. A expansão da classe média reflete na expansão do acesso a bens e serviços

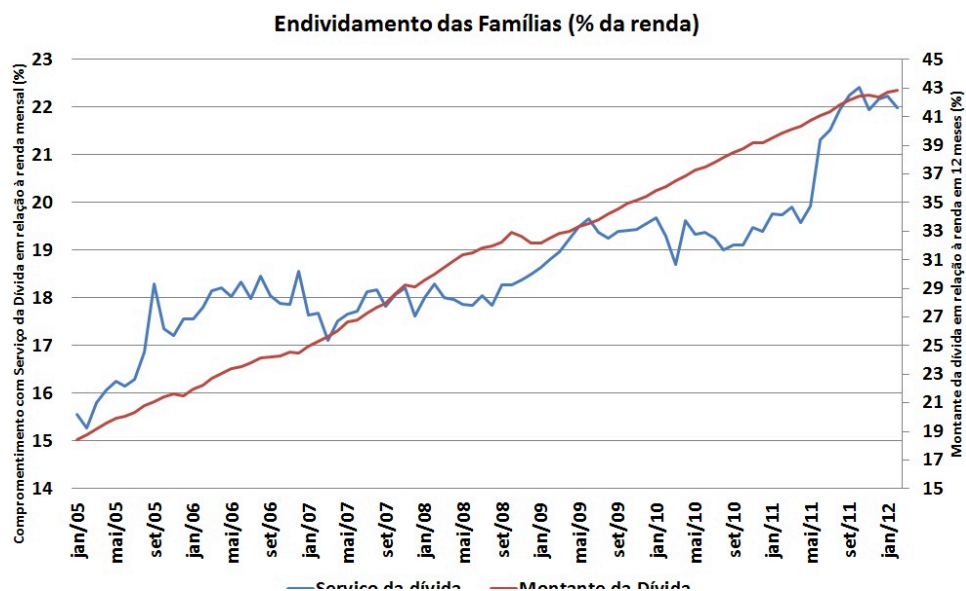
e, conseqüentemente, no aumento das operações de crédito pessoal e aquisição de bens. As previsões apontam que o volume de crédito atingirá até 60% do PIB em 2020. A inclusão de brasileiros das classes inferiores na classe “C” propõe, além de um aumento da renda domiciliar, um aumento do potencial de clientes a procurar recursos no Sistema Financeiro.

5.3 O PROBLEMA DO ENDIVIDAMENTO

Ao longo do governo Lula a expansão do crédito resultou em um aumento significativo do endividamento das famílias. O aumento do crédito não foi acompanhado por reformas estruturais que possibilitassem um aumento generalizado de produtividade da economia brasileira.

Se não houver um aumento nos níveis de educação, a retirada dos entraves da economia e aumento da produtividade, a melhorias sentidas pela população graças a expansão do crédito não passará de uma breve ilusão. A financeirização da pobreza já é uma realidade, com níveis de endividamento elevados. (VALOR, 2011)

Gráfico 15- Endividamento das famílias (% da renda)



FONTE: Wilher (2012)

Podemos notar, pelo gráfico, que o nível de endividamento das famílias cresceu assustadoramente entre janeiro de 2005 e janeiro de 2012. Com a maior facilidade na obtenção de crédito, as famílias compraram e se endividaram.

Em suma, a financeirização e seus artefatos possibilitaram a aquisição de bens sob uma lógica que dissocia o acesso ao consumo dos rendimentos efetivos do trabalho,

gerando outro jogo de relações pautado pelo trinômio crédito-consumo-endividamento. Por trás do “livre acesso” ao consumo, o que se observa, então, é toda uma lógica que engendra o endividamento. (SCIRÉ, 2009, p.76)

Se a lógica das relações for somente pautada nesse círculo vicioso, as famílias viverão para pagar os juros de suas dívidas. Sem políticas de educação e emprego em conjunto com a política creditícia, o único resultado de todo esse crédito será o endividamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito destinado ao segmento pessoa física vem sofrendo intensas modificações, as quais refletem as políticas monetárias, creditícias e sociais adotados no governo Luís Inácio Lula da Silva. Prova disto é que, analisando a evolução das operações totais deste segmento, percebemos que esta foi marcada por uma tendência de crescimento, que se apresentou de forma gradual até 2003 e de forma mais intensa nos anos posteriores.

O aumento expressivo das operações de crédito foi resultado de um conjunto de políticas monetárias e creditícias voltadas a este fim, como o aumento do número de brasileiros com conta corrente e o surgimento das operações com consignação em folha de pagamento. Estas além de ter juros reduzidos, possibilitaram a expansão do crédito a uma fatia maior da sociedade.

As conquistas conseguidas pelo setor de microcrédito no Brasil, no período Lula, são evidentes. Sua inserção e o impacto que provoca na realidade social das famílias o tornou um efetivo instrumento contra a pobreza.

O grau de concentração de renda, medido pelo índice de Gini, sofreu importantes reduções. Além da redução da concentração de renda, houve aumento do número de brasileiros que passaram a representar a chamada “nova classe média”. A ascensão da classe “C” confirma a redução da desigualdade.

Mesmo sendo difícil traçar uma relação direta dos resultados de geração de renda e diminuição da desigualdade, os reflexos são positivos, indicando melhorias durante o período dos indicadores econômicos e sociais que mensuram as condições de vida da população.

Entretanto evidências de que há um forte endividamento das famílias no período pode reverter todo o quadro de melhorias. A política de microcrédito tentou alcançar seu objetivo principal: ser um instrumento de promoção do desenvolvimento e do combate à pobreza, mas da maneira que foi implantada, sem uma política de emprego e educação e com taxas de juros muito altas, o microcrédito, ao invés de auxiliar pode se tornar o vilão da pobreza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central. Brasília: Bacen, 2004.

BACEN. Disponível em <www.bacen.gov.br> Acessado em 15 de novembro de 2011

BARONE, Francisco Marcelo. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil.** Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2008

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BITTENCOURT, Gilson et al. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. **Pesquisa & Debate.** São Paulo, v.16, n.2, p.203-248, abril 2005.

BITTENCOURT, G.

Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf> Acessado em 20 de fevereiro de 2012

CINTRA, Marcos Antonio Macedo (2006): **a reestruturação do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 2005.** Política econômica em foco, n°7, Nov, 2005/abr. 2006, 292-318, IE/UNICAMP

DIEESE. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec109Spread.pdf>> Acesso em 24 de fevereiro de 2012

FÉLIX DA SILVA, L **Análise da evolução dos indicadores de microfinanças - o caso do crediamigo do banco do nordeste do brasil.** 2008 Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008

FERREIRA.

Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/386.pdf> Acesso em 13 de dezembro de 2012

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HAQ, Mahbubul. 1995. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. New York: United Nations Development Program. 1994.

IBGE (2011)

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

KEYNES, John Maynard. **The end of laissez-faire - The economic consequences of the peace**. New York: Prometheus Books, 2004.

KEYNES, J. M. **O fim do “laissez-faire”**. In: Szmrecsányi T. (org.). Keynes. São Paulo: Ática, 1984

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão no Brasil: Radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: BNB, 2007

LOPREATO, F. L. **O papel da política fiscal: um exame da visão convencional**. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2006

MALTHUS, Thomas. An inquiry into the nature and progress of rent and the principles by which it is regulated. In: **The pamphlets of Thomas Robert Malthus**. New York: M. Kelly Publishers, 1970

ONU Disponível em:

<http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf>

PARENTE, S. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf>> Acesso em: 10 de maio 2011

PORTUGAL, Marcelo; BARCELLOS, P.C.F. Política Econômica e crescimento sustentado: os resultados da primeira metade do governo Lula. **Indicadores Econômicos da FEE**. Porto Alegre, v.33, n.1, p.186-214, jun 2005

RICARDO, David. **Os economistas: David Ricardo princípios de economia política e tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. 1 ed. São Paulo: Ed Nova Cultural, 1996

RIGO, A. S.1. Disponível

em:<http://www.socioeco.org/bdf/_docs/pol_ticas_de_microcr_dito_no_brasil_uma_an_lise_

a_partir_do_caso_dos_bancos_comunit_rios_de_desenvolvimento__bcds_.pdf> Acessado em 15 de dezembro de 2012

ROCHA PINTO, C. A. **O microcrédito como fator de geração de renda e emprego**. 2007 Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 1.ed. São Paulo: Ed Best Seller, 1999

SANTOS, Arnaldo. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius Editora, 2011

SCHUMPETER, J.A. **Os Economistas:A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed Nova Cultural, 1997.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. **“Financeirização da pobreza”: Crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo**. Disponível em <<http://teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/244/182>> Acesso em 15 de agosto de 2012

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

SMITH, Adam. **Os Economistas:A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas**. Tradução:Luiz João Baraúna. São Paulo: Ed Nova Cultural, 1996

VALOR. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2689802/endividamento-e-financeirizacao-da-pobreza-preocupam-analistas>>Acesso em 13 de dezembro de 2012

VEJA. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pobreza-mundial-recua-para-1-29-bilhao-revela-banco-mundial>>Acesso em 04 de janeiro de 2013

VIECELI, Cláudia Pereira. **A EXPANSÃO DO CRÉDITO À PESSOA FÍSICA: DO PLANO REAL AO GOVERNO LULA**. 2011 Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000

YUNUS, Muhammad. Disponível em <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/yunus-lecture-en.html>Acesso em 20 de fevereiro de 2012

WILHER, Vítor. Disponível em <<http://www.vitorwilher.com/economia/pib/credito-endividamento-das-familias/>> Acesso em 24 de outubro de 2012

